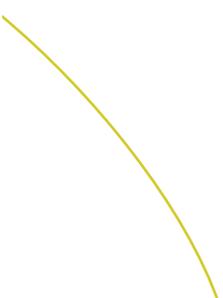
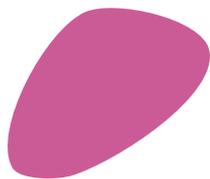


# **CONQUISTAR** Portugal

## **MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL**

1º Subscritor

**Margarida Balseiro Lopes**



# ÍNDICE

**Mensagem da Candidata**

**Portugal por Conquistar**

**Portugal por Fazer**

**A JSD 2030 - Estrutura Interna**



# **MENSAGEM DA CANDIDATA**



Foi por me identificar com as ideias, a história e a matriz do PSD que me inscrevi na JSD quando tinha 15 anos. Desde o primeiro dia acredito que na minha juventude partidária consigo fazer a diferença e dar o meu contributo para construir um país melhor.

O meu percurso na JSD, da Marinha Grande à Assembleia da República, é uma entrega constante a esse objetivo máximo. Dedico-me, o melhor que sei, aos jovens, à defesa de um país onde cada jovem, movido pelo seu mérito e pela sua iniciativa, consegue ir longe e realizar os seus sonhos.

Acredito na nossa geração e num país onde as oportunidades existem independentemente do nosso ponto de partida. Um país onde sejamos capazes de desenvolver com liberdade os nossos projetos de vida. Um país onde o Estado funcione, mas não sufoque. Um país onde cada jovem possa viver e sonhar. Um país onde a educação de qualidade seja de facto um elevador social. Um país onde a sociedade civil seja forte e a iniciativa privada também. Um país que seja livre de poderes instalados e não seja capturado pelos interesses de alguns. Um país que tenha ambição e que não se acomode.

E é este país que eu quero que a JSD defenda e construa. Mas para isso é fundamental reforçar o capital político da JSD junto da opinião pública. Uma JSD que seja leal, mas não refém do partido. Que seja autónoma na agenda que tem, na ação que desenvolve e nos discursos que faz, respeitando assim a sua história e o seu passado.

Quero uma JSD em crescimento, ciente de que as suas distritais, as suas concelhias e os seus núcleos são o seu pulmão e os seus militantes o seu maior ativo. A JSD tem de ser a juventude partidária que fala dos problemas diários dos jovens portugueses, mas que tenha também a capacidade de antecipar o seu futuro.

Uma JSD que não se acomode e que incomode: não se está na política para não incomodar. E porque nada de grande se realizou no mundo sem paixão, candidato-me a Presidente da JSD. É pela paixão que tenho pela JSD que abraço aquele que será, até hoje, o maior desafio da minha vida: liderar a JSD.

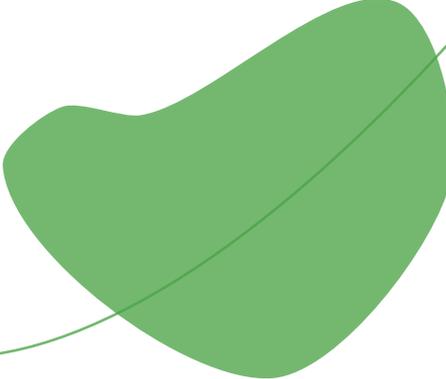
Se a nossa ideologia nos diz para onde queremos ir, são os nossos compromissos que nos dizem quem somos. E o meu compromisso é o de continuar a fazer da JSD nos próximos dois anos a maior e melhor estrutura política de juventude.

*Margarida Balseiro Lopes*

Candidata a Presidente da Juventude Social Democrata



**PORTUGAL  
POR CONQUISTAR**





**Innovation**  
distinguishes between  
a leader and a follower.

- Steve Jobs

No contexto atual, poucas são as vezes em que paramos para pensar o quão gratificante é poder fazer política hoje, em 2018, em Portugal e na Europa do séc. XXI. A reflexão, embora individual, não poderá excluir dois grandes factos: primeiro, o privilégio de que dispomos em agir politicamente de forma livre, com acesso ilimitado a informação e com todas as liberdades e garantias asseguradas; a dimensão dos desafios que se colocam à nossa geração e à nossa sociedade.

Acreditando que a liberdade está sempre a uma geração da extinção, seremos sempre enquanto militantes da Juventude Social Democrata, os maiores defensores da liberdade individual, hoje e no futuro, independentemente dos contextos e dos desafios que se coloquem em cada momento. É o nosso património genético. É a alma da nossa estrutura: pugnar pela liberdade de cada jovem, de cada cidadão, escolher o seu futuro, sem amarras ou limitações impostas por terceiros.

Este futuro que queremos conquistar está marcado por múltiplos desafios, pelas grandes tendências do mundo atual, às quais Portugal e a nossa sociedade não são indiferentes. Desafios que teremos de vencer, sob pena de não conseguirmos liderar o futuro, limitando-nos a seguir outros países e outras realidades. O Portugal por Conquistar é a ânsia e a vontade de colocar o nosso país na vanguarda mundial, conseguindo assim garantir a todos um futuro livre, em que o mérito e o esforço de cada um ditarão o seu sucesso numa sociedade coesa e socialmente justa.

O mundo é atravessado por grandes tendências que desafiam quem, como nós, pretende fazer política todos os dias, de forma ativa e construtiva. É neste contexto macro de grandes questões e tendências, que nos envolvem a todos, que devemos perspetivar os nossos problemas e as soluções de futuro: a rápida urbanização, que faz com que hoje mais da metade da população mundial viva em áreas urbanas, nas quais o novo crescimento económico será gerado em cidades pouco conhecidas de dimensão média dos países em desenvolvimento; à medida que o mundo fica com maior densidade populacional, mais urbanizado e próspero, a procura por energia, comida, água e outros recursos aumentará consideravelmente. Porém, a Terra dispõe de quantidade limitada de recursos naturais para satisfazer a procura crescente; a volatilidade das econo-



mias emergentes, seja por fatores políticos internos ou por abrandamentos de economias muito pujantes até há um par de anos, terá consequências na alteração dos equilíbrios de poder à escala mundial; até 2030, a população mundial deverá aumentar em mais mil milhões de pessoas, sendo que hoje as pessoas vivem mais e têm menos filhos, traduzindo assim profundas alterações demográficas e sociais; a revolução digital, sem limites ou fronteiras, está a alterar comportamentos e expectativas, com base nas ferramentas utilizadas por todos através de novos serviços e experiências.

O Portugal por Conquistar que a JSD deverá liderar nos próximos anos tem este grande cenário, ao qual não podemos fugir, mas cujo debate queremos liderar. Mais do que bons diagnósticos, a JSD deve apontar caminhos e soluções políticas de futuro.

Os nossos princípios permanecem sólidos:

-----

“a promoção e a defesa da democracia política, económica, social e cultural inspirada nos valores do Estado de Direito democrático e nos princípios e na experiência da social-democracia, conducentes à libertação integral do Homem, através da transformação reformista da sociedade portuguesa, sempre na defesa de Portugal, de um ideal de afirmação internacional da Nação Portuguesa no contexto da globalização, da promoção da qualidade de vida das suas populações, da emancipação dos jovens e da realização da solidariedade inter-geracional.”

-----

Neste mundo de grandes desafios, qualquer agente político que pretenda conquistar o futuro terá de ter a sua base de princípios sólida, que não é submissa a populismos ou a supostos caminhos fáceis de resolução de qualquer problema. A JSD saberá sempre o que é, o que defende e por que fins luta.

Adotando esta agenda de futuro como sua, iremos marcar uma forma muito própria de fazer política. Acreditamos que, no panorama nacional, apenas a JSD terá a capacidade de debater as grandes questões globais, percebendo o seu alcance e impacto na vida dos jovens portugueses do presente e do futuro. É uma crença fundada num grande conhecimento da estrutura, dos nossos militantes, da riqueza de pensamento, conhecimento, áreas de saber, profissões e atividades que caracterizam a Juventude Social Democrata.



Há um Portugal por Conquistar à espera da JSD. Em 2018, é inegável a cada vez maior presença e impacto da 4ª Revolução Industrial nas nossas vidas. Os desafios de futuro nos quais a JSD irá liderar consubstanciam esta transformação fundamental que esta revolução está a operar nas nossas vidas: a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos uns com os outros. É um novo capítulo no desenvolvimento humano, possível por extraordinários avanços tecnológicos, equiparáveis aos que marcaram a primeira, segunda e terceira revoluções industriais. Os avanços de hoje e do futuro estão a fundir as realidades físicas, digitais e biológicas, criando grandes promessas ao mesmo tempo que trazem riscos potenciais. A velocidade e profundidade desta revolução devem merecer de uma estrutura política como a Juventude Social Democrata uma reflexão aprofundada sobre o modelo de desenvolvimento que queremos no nosso país, na Europa e no Mundo; de que forma as organizações e empresas criam valor e ainda; o que significa, neste novo contexto, ser humano e ser cidadão. Na nossa visão, esta 4ª Revolução Industrial simboliza muito mais do que uma simples mudança impulsionada pela tecnologia, representa uma oportunidade ao dispor das lideranças políticas e das sociedades com maior e menor grau de desenvolvimento: utilizar as tecnologias para criar um futuro mais inclusivo, mais humano. Enquanto jovens sociais-democratas temos de acreditar que a verdadeira oportunidade deve-nos fazer olhar além da tecnologia para encontrar as melhores formas de providenciar, ao maior número de pessoas, a capacidade de melhorar a vida da sua família, empresa ou comunidade. Neste mundo de hoje, temas como a desigualdade, novos modelos de negócio, governance, tecnologias disruptivas, inovação, educação, emprego ou ética não são novos. Na verdade, acompanham o debate político há centenas de anos. A verdadeira diferença está no alcance dos mesmos, amplificado por um mundo muito mais conectado; na substância e natureza dos temas, com novas nuances, protagonistas e impactos; na capacidade de resposta e no potencial de introduzir novas formas de resolução para velhos desafios. É ciente desta realidade, mais complexa, sem respostas simples ou populistas, que queremos colocar a JSD como força liderante do debate e das boas ideias políticas do nosso tempo. O tempo do futuro.



## A ECONOMIA DO FUTURO

A relação entre empresas e clientes altera-se diariamente para um modelo on-demand, em permanente conexão, impulsionado pela omnipresença da comunicação móvel. Esta é a nossa economia, a que nos é familiar e à nossa geração. Em Janeiro de 2016, o WhatsApp informou que, diariamente, eram enviadas 42 mil milhões de mensagens. Desde então, o número tem vindo a aumentar! Na China, o gigante retalhista online Alibaba registou recentemente 25 mil milhões de dólares em receita num único dia (a edição de 2017 da célebre iniciativa Singles' Day), com 90% das compras a serem efetuadas através de dispositivos móveis. A nova economia alcança também zonas do globo historicamente menos desenvolvidas. Por exemplo, a GSM Association espera que na África Subsaariana, entre 2014 e 2020, aumente em 240 milhões o número de utilizadores ligados à internet através do telemóvel.

Neste contexto, as empresas terão invariavelmente de perceber qual o potencial digital dos seus produtos e serviços. Novas oportunidades de criação de valor serão geradas e o uso do big data e das capacidades analíticas irão permitir, cada vez mais, o acompanhamento constante do desempenho comercial de serviços e produtos, possibilitando alterações no preço, conforme a adesão do consumidor.

A economia colaborativa ganha igualmente forma, sendo que as empresas startup lideradas por jovens apresentam maior potencial colaborativo e capacidade de envolvimento de clientes e stakeholders. Este perfil colaborativo da nova economia resulta da partilha de recursos, partilha de áreas de conhecimento e saber, de forma a maximizar valor. Um estudo do Fórum Económico Mundial (Collaborative Innovation, 2015) indica que, nas próximas décadas, as empresas com maior aptidão para colaborar serão mais sólidas e sustentáveis.

A realidade do início do milénio mudou em pouco mais de uma década. Segundo Jay Samit, Vice-Presidente da Deloitte's Digital Reality, pensar na lógica da IoT - Internet of Things já não é suficiente, agora o paradigma é BloT – Blockchain Internet of Things. A rede tornou-se mais descentralizada que nunca e permitiu que cada indivíduo pudesse participar de forma ativa na transferência de informação. A título de exemplo, milhares de empresas surgem hoje, a nível mundial, com o fenómeno das criptomoeda e da tecnologia blockchain.

Acreditamos que Portugal pode estar na vanguarda para inovar e atrair investimento através destes novos mercados digitais, colaborativos, de elevado valor acrescentado e conectados. Porém, será necessário reforçar capital de conhecimento, fomentar a abertura do mercado e prevenir através da mitigação dos riscos associados. Efetivamente, estamos na Renascença das Fintechs, onde as startup online mudaram por completo os mercados financeiros. Todos podemos investir, obter crédito ou fazer transferências com um toque no Smartphone. Existem bancos sem qualquer presença física, crowdsourcing para investimentos e mercados completamente novos.



A Inteligência Artificial (IA) impacta igualmente a sociedade por completo: Bots tomam o lugar dos humanos em quase todo o customer care de várias empresas, algoritmos são utilizados para obter informação das redes sociais, e até mesmo para transformar e automatizar informação. Segundo a empresa de pesquisas Gartner, a IA poderá eliminar 1.8 milhões de empregos, mas irá criar mais 2.3 milhões de novos empregos, aumentando a produtividade em todo o mundo, gerando riqueza adicional de cerca de 2.9 mil milhões de USD.

Esta economia do séc. XXI apresenta igualmente significativos desafios que, ao longo dos próximos anos, se tornarão chave para os que, como a JSD, defendem uma sociedade inclusiva, no qual a liberdade e dignidade individual não são escravas de qualquer movimento ou alteração social profunda. Acreditamos no potencial desta nova economia, é a economia da nossa geração e das gerações vindouras, mas não a romancemos, nem a assimilamos acriticamente. Constatamos factos, valorizamos as suas vantagens e teremos de pensar em soluções políticas para mitigar e diminuir os seus efeitos negativos.

A título de exemplo, estima-se que, nos anos vindouros, 35% a 60% dos empregos estejam em risco na União Europeia devido a esta digitalização da economia, sendo expectável que as tarefas rotineiras, atualmente com salários médios, gradualmente empreguem menos mão-de-obra, substituindo-a por automatismos.

No World Economic Forum de 2017, o tema da adaptação da força de trabalho foi uma constante da discussão, com a conclusão de que existem possibilidades de transição de emprego viáveis para aqueles que hoje em dia estão dedicados a setores cuja empregabilidade vai diminuir por força da automação e robotização. Não estamos por isso em altura de nos acomodarmos perante uma inevitabilidade. O mercado de trabalho está a mudar e, perante este facto, devemos ser preventivos e não reativos. Existem oportunidades de reconversão em todos os setores de atividade e naturalmente cada um deve ter liberdade para escolher um caminho para a sua vida profissional; são os meios de trabalho que estão a mudar e em todos os setores de atividade é possível dotar os trabalhadores de novas competências.

A reconversão e formação contínua dos atuais trabalhadores e, em particular, uma aposta séria e pensada nas competências digitais dos desempregados que possuam já um nível básico de conhecimentos informáticos é garantia de melhor transição para uma economia digital. De igual forma, a preparação dos trabalhadores do futuro é crucial para garantir a sua integração no novo mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a competitividade e o equilíbrio social e económico de Portugal no médio e longo prazo.

Em Portugal, de um modo geral, temos ainda um nível de conhecimento reduzido no âmbito das Tecnologias de Informação, Inteligência Artificial e Economia Digital para fazer face às inovações em todas as áreas de trabalho, especialmente nas camadas etárias médias, que terão ainda de



conviver por várias décadas com a revolução digital enquanto força de trabalho ativa. O mercado de trabalho será profundamente alterado, implicando também maior flexibilidade por parte de todos nós.

Se a criatividade, a liberdade e a inovação fazem progredir uma sociedade, é igualmente verdade que, numa sociedade sem proteção dos menos adaptados e dos naturalmente excluídos, o potencial libertador será diminuído e a crescente exclusão social minará as bases de desenvolvimento global da comunidade.

**A JSD posicionar-se-á com esta postura:** não podemos estar contra o progresso, contra a inovação, contra a tecnologia e os novos serviços que dela resultam nas mais diversas áreas, como é o caso das novas soluções de mobilidade, porque o que a experiência passada demonstra é que essa postura retardadora significa estar contra a realidade. **O progresso que almejamos, neste novo mundo, é o progresso que emancipa os indivíduos, que valoriza e maximiza a sua liberdade e dignidade.** Estaremos na defesa da Economia do Futuro, onde os que menos têm, pelo seu esforço, imaginação e trabalho conseguem singrar na vida, explorando as potencialidades de um mundo mais interconectado.

## A ESCOLA DO FUTURO

A inovação tecnológica está a transformar a Educação, ao passo que exige uma atualização das competências e skills para o sucesso na economia contemporânea. É um paradoxo incomensurável o mundo caminhar no sentido da 4ª Revolução Industrial, mas a nossa Escola – nos seus traços fundamentais – ainda adotar métodos de aprendizagem que resultaram da 1ª Revolução Industrial.

Construir sistemas educacionais preparados para o futuro requer a elaboração de currículos e métodos de aprendizagem adequados ao séc. XXI, ao mesmo tempo que se assegura uma base educativa para todos, flexível e suficiente para uma vida inteira de adaptação e desenvolvimento de novas competências. A Educação especializada do futuro deve fornecer conhecimentos interdisciplinares com a máxima utilidade para o mundo atual, diminuindo o gap entre as necessidades da economia e a instrução num sistema educativo pouco ágil e moderno, tendo em vista a maximização do talento de cada jovem.

A mudança extremamente rápida do mercado de trabalho impõe semelhante mudança ao nível da educação, em todas as fases do ciclo de aprendizagem. Temos de olhar para os mais jovens, aqueles que começam amanhã o seu percurso escolar, e garantir que os dotamos, desde cedo, de ferramentas que garantam a sua correta inserção no mercado de trabalho do século XXI. Se este último é fortemente automatizado e robotizado, num ambiente de competição mundial e necessidade de inovar, temos de criar valências nos futuros trabalhadores que correspondam a estes desafios.

Os programas educativos têm de garantir não só o nível de conhecimento geral necessário à formação de qualquer jovem, mas também estar voltados para capacitar os alunos a corresponder a este novo ambiente de trabalho. Temos de flexibilizar os meios de ensino e o formato de aprendizagem em sala de aula, focado nos resultados dos exames nacionais, sob pena de estes se tornarem irreversivelmente menos credíveis.

Os programas das disciplinas devem ser revistos, relativamente ao conteúdo, mas, acima de tudo, à forma de ensino e pedagogia. As exigências que dentro de 15 anos irão confrontar quem agora inicia o seu processo escolar são necessariamente diferentes das atuais. Devemos pensar hoje em como maximizar as hipóteses de sucesso dos jovens portugueses no mercado de trabalho global e digital.

A Escola do Futuro é aquela que cria e potencia as bases para a futura requalificação, adaptação, auto-realização, ao mesmo tempo que reforça a identidade cívica de cada jovem. Não é uma Educação estanque, com um modelo desatualizado de sala de aula, isolado numa bolha por vontade própria, com poucos recursos tecnológicos, que irá preparar e capacitar futuros adultos para os desafios de um Mundo e de uma Economia que funcionam, em rede e numa base digital, a uma velocidade estonteante.



As alterações estruturantes que a Escola do Futuro exige, colocando a Aprendizagem no centro do edifício escolar exigem, portanto, a necessidade de atualizar a sala de aula e os métodos de ensino.

A modernização dos conteúdos programáticos e as alterações na contratação e formação de professores não terão o mesmo impacto se não modernizarmos métodos de aprendizagem e até a própria disposição da sala de aula que não sofre significativas alterações há mais de dois séculos. O mundo mudou significativamente desde o século XIX, acelerou-se, digitalizou-se, aproximou-se e tornou-se mais criativo. A sala de aula continua refém do modelo 1-secretária-em-frente-a-20-secretárias. Não há respostas fechadas para este tema, a doutrina diverge, mas não evoluir não é, com certeza, a resposta.

Quem hoje quiser legislar para a Escola do Futuro deve ter em conta experiências-piloto com a criação de novas salas de aula, comumente designados como Espaço Inovador de Aprendizagem. Estes espaços são pensados para promover a inovação das metodologias nos processos de ensino e aprendizagem, com recurso à tecnologia.

A sala de aula moderna visa oferecer motivação para a aprendizagem, competências úteis aos alunos, atividades reais e relevantes, melhor comportamento e eficiência otimizada. Estes espaços, baseados no conceito do Future Classroom Lab, criado pela European Schoolnet, pretendem motivar alunos e contribuir para uma mudança das práticas educativas, desafiando professores a repensar o papel da tecnologia.

Uma das características destas novas salas de aula é o facto de serem constituídas por cinco a seis áreas específicas de aprendizagem, com mobiliário e equipamentos específicos, sendo todos os elementos amovíveis para possibilitar total flexibilidade na adequação aos cenários e histórias de aprendizagem possíveis.

Os 3 elementos chave da sala de aula moderna são o espaço, sem o qual surgirão constrangimentos na aplicação de abordagens colaborativas e ativas; a tecnologia, na medida em que na sua ausência reduz-se a eficácia que confere ao método educativo; a pedagogia, sem a qual ficamos limitados às atividades do costume.

A modernização e digitalização da Escola, da sala de aula, dos métodos de aprendizagem deverá ser uma prioridade política clara para a JSD, massificando a discussão, envolvendo a sociedade civil, pais, alunos e professores para este novo paradigma educativo. A JSD será a força motriz da Escola do Futuro.

Para ser essa força motriz, a JSD defenderá a substituição dos manuais escolares tradicionais por materiais escolares digitais. Estima-se que, nos últimos 3 anos, terão sido gastos cerca de 25



milhões de euros na disponibilização gratuita de manuais escolares, quando a prioridade no investimento deveria ser na aquisição de equipamentos para as escolas e na aposta forte nos materiais digitais, mais apelativos, mais interativos e que também ajudam a resolver o problema dos cerca de 12 kg que os jovens portugueses carregam diariamente nas suas mochilas.

O relatório de 2016 do Fórum Económico Mundial (The Future of Jobs) indica-nos também que as principais competências do séc. XXI - resolução de problemas complexos, pensamento crítico, criatividade, colaboração e alfabetização digital - são importantes para permitir que os jovens de hoje sejam flexíveis o suficiente para se adaptarem às novas necessidades do mercado de trabalho. A JSD deve defender que essas competências sejam desenvolvidas o mais cedo, desde a Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo, sendo posteriormente refinadas e intensificadas nos ciclos seguintes até aos estudos superiores, bem como durante a aprendizagem ao longo da vida.

A JSD defenderá sempre que cada aluno deve poder escolher o percurso que entender, numa ótica de total liberdade de aprender, porém, no contexto do mundo atual, as novas gerações necessitam de forma cada vez mais incessante de desenvolver as denominadas competências STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), desde uma idade precoce, independentemente das escolhas futuras de cada um.

Por isso, a JSD defenderá o Ensino de programação no 1.º ciclo de estudos, na medida em que no mundo atual é tão importante aprender a programar como aprender a ler e a escrever. Num dos mais recentes relatórios do Fórum Económico Mundial, ficámos a saber que até ao final de 2020, os 15 países mais desenvolvidos e com economias emergentes perderão 5 milhões de empregos em resultado do avanço da tecnologia. É por isso prioritário que a Escola do Futuro prepare os alunos para a revolução tecnológica que já está em curso, ensinando-lhes programação, à semelhança do que acontece já em países como o Reino Unido.

**Defendemos que a JSD seja a ponta-de-lança do grande debate sobre a Escola do Futuro.** Estes desafios, pela sua dimensão e impactos, exigem à JSD uma análise aprofundada dos temas e a capacidade de criticamente discutir e construir a Escola do Futuro, aquela que marcará o país nas próximas décadas. **A Educação está no ADN da JSD, a Escola é a base que refresca um país, que garante futuro a uma comunidade coesa socialmente e evoluída.** As transformações da Escola, dos métodos de Ensino e da Educação, na sua globalidade, são uma das razões de existir uma Juventude Social Democrata em Portugal.

## A JSD NA SOCIEDADE DO FUTURO

A JSD tem na sua essência o carácter reformista, é a nossa vanguarda de sempre. A JSD tem de estar preparada e atenta aos desafios que se colocam hoje para o futuro não imediato da nossa sociedade. Tem de saber construir propostas de futuro para problemas que, sendo atuais, possam não ser imediatos na perceção atual. Questões como o impacto da inteligência artificial no mercado de trabalho, da sustentabilidade da Segurança Social, das funções do Estado Social, do impacto da tecnologia na sociedade e nas liberdades individuais, do combate às desigualdades, a revolução genética e os temas da biotecnologia, o envelhecimento da população, entre outros.

A Sociedade do Futuro sugere um paradoxo entre uma população mais autónoma e informada, com o forte e inegável impulso da tecnologia, que tem uma grande capacidade de absorver informação, comunicar e organizar-se em movimentos sociais ou de causas, ao mesmo tempo que sente a sua voz menos considerada pelas instituições políticas, sociais e económicas tradicionais. Uma sociedade que no mundo online tem a capacidade de iniciar movimentos de massas e revoluções, como a Primavera Árabe.

Uma estrutura como a JSD que defende a emancipação do indivíduo e da sociedade tem de pensar, discutir e agir politicamente nesta nova era. Rompendo velhos dogmas e paradigmas, fiel aos seus princípios que colocam a Pessoa sempre no centro da ação política, mas com a capacidade de discutir os novos temas que caracterizam as sociedades desenvolvidas, como queremos que Portugal seja.

A JSD não pode ter receio de participar ativamente na discussão dos temas de hoje, seja por preconceito ideológico ou pelos calculismos táticos das conjunturas. É inegável que existe cada vez mais uma tendência para a participação política, em particular entre os jovens, através de movimentos e causas que nascem da sociedade civil, em moldes distintos do tradicional formato de organização política. Cabe à JSD adaptar-se a esta realidade, agilizando a sua estrutura e tornando-a “ávida” de Sociedade Civil. A nossa agenda e o que defendemos para a juventude e para Portugal exige uma permanente atualização, de forma a refrescar a Juventude Social Democrata, sendo a estrutura política com maior capacidade de penetração, dinamismo e ação na sociedade portuguesa. Este é um objetivo claro e firme que iremos protagonizar nos próximos anos.

As Nações Unidas identificam a evidência de que a atual participação política dos jovens em organismos institucionais é menor do que a de gerações anteriores, o que põe em perspetiva o modelo de representatividade das nossas sociedades. Hoje, um jovem que defende um conjunto de causas sociais e económicas estará verdadeiramente representado no espectro de opções políticas formais que existem em Portugal? Este jovem, fora de organizações formais, tem um contributo igualmente válido e meritório. É pela nossa capacidade de conseguir “engagement” com este e com tantos outros jovens como ele que iremos dar voz, representando-o politicamente. A JSD irá trabalhar arduamente para garantir que representa os jovens, neste novo



paradigma da participação cívica.

Numa sociedade altamente digital e perante várias gerações de jovens desencantados com os partidos políticos clássicos, mas movidos por causas e preocupações com o nosso modelo de sociedade, devemos refletir em formas de abertura a esta intervenção menos convencional em áreas-chave. As organizações políticas tradicionais continuam hoje a ser necessárias, acreditamos firmemente neste princípio, mas deixaram de ser suficientes. Os jovens procuram plataformas de diálogo flexíveis, transparentes e abertas, nas quais sejam livres para opinar e colaborar. Enquanto maior juventude partidária de Portugal, a JSD tem o dever de potenciar a participação destes jovens, reconquistando assim a sua confiança, e beneficiando mutuamente do processo de diálogo e de mudança de paradigma político que vemos hoje.

A JSD atenta ao mundo de hoje é a JSD que abraça os temas do desenvolvimento inteligente das cidades, cidades mais conectadas, nas quais existe planeamento e gestão na criação do conceito de Smart City, onde o desenvolvimento urbano está assente na integração de tecnologias de comunicação e informação com soluções de Blockchain e no uso de Big Data nos diversos setores operacionais da cidade. O fim último do investimento e construção de cidades inteligentes e digitais é, na visão da JSD que acreditamos e que iremos liderar, o de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, através da aplicação de ferramentas tecnológicas e da informação que a própria cidade emite através das rotinas diárias dos cidadãos.

### **A JSD não deve ser de modas, a JSD irá estar na moda.**

A Juventude Social Democrata que quer Conquistar Portugal tem de saber que, à medida que as comunidades evoluem com o planeamento da era digital, é fulcral discutir os desafios e riscos do valor da informação e como a utilizar de forma inteligente, garantindo a proteção de dados, a liberdade e a privacidade de cada cidadão. Os nossos princípios não mudam consoante os novos temas e problemas, mas uma estrutura que não se atualiza na sua linguagem, na sua forma de atuação, tenderá a ficar desatualizada, voltada para ontem e sem predisposição para o amanhã. É nesse sentido de perceber que não há desenvolvimento de cidades, vilas e comunidades no séc. XXI sem que se disponibilize de forma clara e transparente a informação gerada por esses territórios, sejam urbanos ou de menor densidade populacional. Acreditamos que também neste futuro de partilha de dados e de construção de territórios inteligentes é possível fomentar a iniciativa privada, que florescerá com novos serviços, produtos e experiências que servem os cidadãos, fomentam a inovação, o talento e melhoram serviços, num grande movimento de geração de valor e de impulso à economia.



De igual forma, a JSD irá conseguir introduzir novos temas e questões na sociedade e na agenda política, como é o caso da introdução do RBI - Rendimento Básico Incondicional (Universal Basic Income). A mente aberta e arejada que caracteriza a juventude deve inspirar a JSD para a reflexão política e social de um tema que, embora de grande interesse e fervor na academia, ainda é desconhecido para a maioria da população.

Vamos lançar este debate na estrutura e na sociedade, na medida em que o Rendimento Básico Incondicional ainda é para alguns uma utopia, enquanto para outros é um projeto a tornar realidade nos próximos anos. Iremos aprofundar a discussão, de forma a que a JSD possa ter uma posição clara sobre este assunto, já que hoje ainda não está em condições de o fazer.

Muitos veem no RBI um instrumento que providenciará a todos – sem exceção – uma base de onde cada um poderá partir para alcançar desafios maiores, se assim o desejar. Uma base de subsistência que permita a cada cidadão alcançar, com igualdade de oportunidades, o seu trabalho de sonho ou o projeto disruptivo que lhe tira noites de sonho. Outros veem neste rendimento uma ferramenta que garante condições mínimas de sobrevivência, sem a burocracia inerente a qualquer prestação estatal.

Na discussão que é efetuada, há quem observe os ganhos, a nível de eficiência económica, que este rendimento traz, ao não precisar de desperdiçar recursos públicos – leia-se, o tempo e dinheiro associados ao processamento de subsídios e apoios públicos. Por fim, um último grupo vê ainda no RBI como o Santo Graal para resolver o desemprego gerado pela revolução tecnológica em curso, que muitos vêm como o marco do fim da associação do rendimento a um trabalho. No campo oposto, há também muitos a apontar os perigos de uma solução como o RBI, descrito por este campo como um desincentivo ao trabalho e ao esforço, como base de uma sociedade em que o trabalho é remunerado. Há quem realce o caráter injusto e disfuncional de uma prestação atribuída a toda a sociedade, a cidadãos com necessidades ou não.

O impacto na economia com uma injeção de liquidez na Economia sem criação de valor como substrato é igualmente apontado como outro risco, que poderia resultar numa espiral de inflação e aumento de preços generalizados, com os consequentes impactos nas indústrias produtivas e na paz social.

Para este grupo, o RBI é uma utopia ou delírio académico, para outros é uma realidade a assegurar no contexto de uma profunda e radical transformação económica resultante da digitalização, automatização e robotização das economias à escala mundial.

A Juventude Social Democrata irá lançar o debate sobre este tema, que embora hoje seja incipiente ou limitado, promete vir a ser um dos grandes temas do nosso tempo e das próximas gerações.



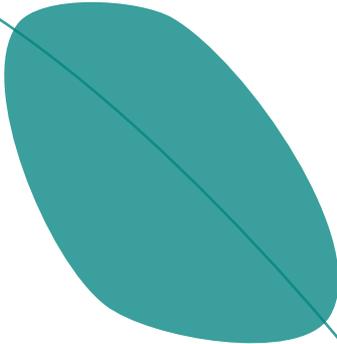
A JSD na Sociedade do Futuro também terá uma postura clara sobre as questões consideradas fraturantes, reconhecendo sempre a diversidade – a diversidade que é base da força inigualável da nossa estrutura – de opiniões existente no seio da JSD sobre estes temas, também considerados de consciência individual.

Não existirá constrangimentos na JSD em debater estes temas, promovendo o seu debate na estrutura (como tem sido feito nos últimos anos, a título de exemplo, sobre a Eutanásia). Estes temas não são propriedade de ninguém, de nenhum grupo ou partido político, seja ele mais à esquerda ou à direita. São temas que dizem respeito a todos, porque são temas da sociedade. Em todos estes temas, a discussão e reflexão são necessárias, porque como diz o sábio provérbio popular: depressa e bem, não há quem.

Salvaguardando sempre o respeito pela opinião de cada militante da Juventude Social Democrata, temas como a Eutanásia, a legalização das drogas leves ou a legalização da prostituição são temas aos quais a JSD não poderá fugir ou abster-se de ter um posicionamento político, sendo inclusive de considerar a auscultação da estrutura através de alargados debates à escala nacional no interior da JSD e da realização de referendos internos sobre estes temas, como forma de definir o posicionamento final da estrutura, ao mesmo tempo que se salvaguarda sempre a liberdade de opinião, pensamento e consciência de cada um.

Acreditamos que, seguindo esta fórmula, aproximaremos a Comissão Política Nacional da JSD e os órgãos nacionais de todos os militantes. Importa também reafirmar o princípio de que, por respeito à liberdade e à consciência individual de cada um, na JSD que defendemos, os deputados à Assembleia da República indicados pela JSD deverão gozar sempre de liberdade de voto em todas estas questões, seguindo uma tradição de respeito pela consciência de cada parlamentar, como tem sido apanágio da JSD e do PSD.

**A JSD sabe que há um Portugal por Conquistar**, abordando novos temas, adotando uma postura séria e inovadora sobre um mundo em estonteante mudança, com temas tão importantes como a Escola e a Economia do Futuro, desafios que irão caracterizar as próximas décadas no Mundo, na Europa e em Portugal. Teremos de ser sempre os primeiros a exigir da JSD uma postura aberta e orientada para o futuro. É da exigência connosco próprios que surge a vontade e a ação necessárias para este posicionamento político. **A JSD dirá presente à chamada de debater o Futuro, deixando a sua marca no panorama político nacional.** O futuro será o presente dos próximos anos da vida da JSD.



**PORTUGAL  
POR FAZER**

“ **Attitude**  
is a little thing that  
makes a big difference.

- Winston Churchill

Queremos Conquistar Portugal porque temos a clara percepção de que há um país à espera de novas soluções para implementar no presente, e porque sabemos que há um Portugal por Fazer.

Há um Portugal por Fazer que não avança nem se reforma com o atual governo de esquerda, liderado por António Costa. O PS lidera um governo refém de si mesmo, refém das condições políticas que o sustentam, refém de dois partidos com os quais é impossível encetar qualquer reforma de futuro para o país.

Dois anos e meio de governo de Esquerda e alguns indicadores revelam-se como sinais contrários aos avanços que o país necessita: a taxa de abandono escolar a aumentar, os resultados dos alunos a piorar, as grandes obras públicas cativadas. O investimento público caiu para mínimos de décadas. Na Justiça, nada foi feito, para além de reversões insensatas. A Proteção Civil não oferece garantias a nenhum português. Os inquéritos ficam na gaveta, sem que os principais protagonistas políticos deste Governo tenham a mínima vergonha. No final do dia, são os cortes no investimento, as cativações na Saúde e na Educação e a degradação da qualidade dos serviços públicos que garantem o cumprimento das metas orçamentais.

O governo nada faz para reformar a nossa economia ou para colocar o país com crescimentos acima da média europeia de forma duradoura e não apenas pontualmente. O governo não aproveita a conjuntura positiva de que tem beneficiado politicamente para lançar investimento público de qualidade e necessário, para diminuir impostos sobre a atividade económica e as empresas ou para baixar a dívida pública. O governo limita-se a dar presentes às suas clientelas eleitorais, demonstrando maior preocupação com as eleições de 2019 do que com reformas ou medidas que tragam mais oportunidades para a população portuguesa no geral, e em particular, para as novas gerações.

No investimento, o governo de Esquerda prossegue com um nível de investimento público muito aquém do esperado, estando o país sujeito a políticas em que não existe qualquer investimento



público de qualidade, investimento que ajude a sedimentar crescimento económico sustentável e gerador de emprego. Somos o país da zona Euro com o menor crescimento de investimento público, posição que Portugal ocupa há 2 anos consecutivos. Esta opção política diminui a capacidade de crescimento, adia gastos que terão de ser feitos posteriormente e prejudica a produtividade da economia, como um todo.

Nos impostos, o pequeno alívio do IRS vem sendo contrabalançado pelo aumento generalizado dos impostos indiretos. O IRC ficou inalterado e, em 2018, via derrama estadual, será ainda mais pesada a carga fiscal sobre as empresas. Não há um efetivo alívio fiscal para as famílias nem para as empresas, o garrote fiscal continua ativo. Em 2017, a carga fiscal subiu em 2017 para o valor mais elevado desde, pelo menos, 1995.

A dívida pública, apesar de cair em percentagem do PIB, ainda não iniciou o caminho de redução. Se há défice, há mais dívida e no total o Estado deve hoje mais do que quando António Costa chegou ao governo. Dívida hoje são impostos amanhã. As dívidas em atraso, nomeadamente no setor da saúde voltam a ser um problema que coloca em causa os serviços do SNS e prejudica o atendimento aos cidadãos.

A única preocupação continua a ser a de utilizar os “bónus” do crescimento económico para favorecer funcionários públicos e pensionistas. Perante o aumento conjuntural da receita, o Governo opta por aumentar a despesa estrutural. Em 2017, o governo não reformou a administração pública, aproveitando o crescimento favorável. Para a administração pública, a única prioridade foi restituir rendimentos, com o país a perder tempo, ano após ano, por radicalismos ideológicos e agendas eleitoralistas.

O governo da frente de esquerda não tem uma agenda de reformas que coloque Portugal em clara, continuada e sustentável convergência com a média europeia em termos de crescimento, produtividade, investimento e rendimento. Para os jovens que querem mais oportunidades e um país mais europeu no sentido de maior desenvolvimento, empregos com melhores salários (compare-se o que auferem os jovens em Portugal e noutros países europeus) e uma economia que valoriza a iniciativa individual, e que não a asfixia ou mata na burocracia, 2017 voltou a ser um ano perdido.

Em 2018, sabemos que nada mudará, o país segue sem liderança, sem rumo e sem reformas. Em 2019, o atual governo adotará o velho estilo socialista de gerir o país a pensar na contagem de votos da noite eleitoral. Com a aproximação ao ano eleitoral, o governo do PS, Bloco de Esquerda e PCP irá intensificar o gesto de olhar para o umbigo, ou melhor, para os três umbigos, não preparando no presente um futuro mais risonho para todos. Este Governo não serve aos jovens. Este Governo não serve a Portugal.



Eis o atual estado da governação PS, Bloco de Esquerda e PCP. Com este governo, os anos passam e o Portugal por Fazer, na defesa da emancipação-do-último-jovem-europeu-a-emancipar-se, o Português; da mobilidade social através de um elevador que funcione; e da construção de um país por inteiro, aberto ao mundo, europeu, cosmopolita, com um desenvolvimento harmónico em todos os territórios nacionais, no interior, litoral, norte, sul e ilhas, vê também os anos passar.

## QUE PORTUGAL QUEREMOS?

A JSD deve afirmar-se neste contexto como a estrutura política reformista, que quer começar hoje a construção do Portugal que se equipare aos principais países da Europa, em que um jovem português olha para o seu presente e futuro e não se sente diminuído pela sua nacionalidade, pelo sítio onde nasceu ou pelas capacidades socioeconómicas da família onde cresceu.

Os cerca de 1,6 milhões de jovens do nosso país exigem que, no meio político, haja quem tenha a capacidade de defender as alterações necessárias para que a emancipação jovem não seja um filme de terror ou um sonho eternamente adiado ou para que o ascensor social funcione, de acordo com o mérito, esforço e trabalho. Uma geração que quer viver em liberdade, onde cada jovem persegue o seu projeto de vida, de forma a alcançar a realização pessoal, num país com igualdade de oportunidades, mobilidade social e coesão territorial.

### A Igualdade de Oportunidades e a Mobilidade Social

Um dos traços identitários da JSD é a defesa inabalável da igualdade de oportunidades à partida para todos os cidadãos. Não pretendemos igualizar a sociedade ou moldá-la com recurso a engenharias sociais que nos dizem a todos onde chegar, o que fazer, como viver, etc. Somos os acérrimos defensores da libertação da sociedade e dos indivíduos, mas também sabemos que uma sociedade sem justiça social é uma sociedade mais pobre e, em última instância, onde todos são menos livres.

É num contexto de igualdade de oportunidades à partida que queremos que sejam lançadas as bases de um país das novas gerações. Muitas das vezes referimos que é incumbência do Estado garantir essa igualdade de oportunidades. Nós vamos mais longe, é incumbência do Estado e dos poderes públicos, mas é também um dever moral enquanto membros da mesma sociedade:

---

garantir que o nosso semelhante não fica para trás, assegurando que ninguém deixe de estudar mais ou deixe de conseguir prosseguir o seu projeto de vida por ausência de recursos, pelo sítio onde cresceu ou pela família onde nasceu.

---

O Estado e nós, enquanto comunidade, devemos assumir este como um grande objetivo: a redução das desigualdades à partida entre todos os portugueses. Qualquer agente político deve ter esta como uma das primeiras preocupações da sua agenda. A mobilidade social, ou seja, a possibilidade de alguém com menos recursos à partida ascender na vida, fruto do seu esforço, trabalho e mérito, é das realizações mais nobres que a Educação, o acesso a cuidados de Saúde, o



acesso ao mercado de Habitação e a obtenção de uma oportunidade de vingar no mercado de trabalho podem permitir. É o modelo de sociedade que a JSD preconiza. No passado, presente e futuro.

Da mesma forma, **qualquer tipo de discriminação racial, de género, étnica e religiosa merecerão sempre da parte da JSD uma postura de acérrimo combate**, na defesa dos valores do humanismo da civilização ocidental: liberdade, dignidade humana, respeito, partilha, diálogo e cooperação.

# COMO CONSTRUÍMOS O PORTUGAL QUE QUEREMOS?

## Um País por Inteiro

Portugal é um dos países mais antigos da Europa. É um país com um passado que nos deve orgulhar, mas acima de tudo, um país que nos deve motivar para o seu presente e futuro: com os seus desafios, problemas, desigualdades e características. Não há problemas sem resolução. O fatalismo não tem espaço na Juventude Social Democrata.

Portugal tem um problema de coesão entre os seus territórios, falta rasgo na valorização dos territórios de baixa densidade populacional. Temos de assumir, enquanto país, que estes territórios do interior são parte ativa da coesão, da competitividade e do crescimento da nossa economia como um todo.

O país centralista e focado apenas e exclusivamente nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto é um país sem futuro e sem respeito por si próprio. Esta é uma bandeira que não podemos deixar de hastear, sob pena de remeter o tema da valorização e coesão territorial para a gaveta.

Com base nesta situação, a JSD entende que é necessário conhecer os interesses dos jovens do interior, para a apresentação de medidas que travem a sua deslocação para outras regiões do país e que evitem a emigração forçada. É urgente também reforçar meios e financiamentos – nomeadamente, através de fundos europeus – para apoio a projetos efetuados por empreendedores do interior, não podendo a JSD aceitar que se desviem fundos de apoio à economia e investimento nas infraestruturas do interior para investir nas duas áreas metropolitanas de Portugal.

No contexto escolar, a JSD defenderá que o número de alunos mínimo para abertura de turmas deve ser adaptado à realidade da região, sendo permitida a existência de turmas mais reduzidas em zonas de menor densidade populacional, garantindo um equilíbrio entre os objetivos pedagógicos e o objetivo da proximidade.

A JSD defende a necessidade de promover o investimento nestas regiões, melhorar acessibilidades às zonas do interior, sendo já tempo de se efetuar um estudo aos valores cobrados nas portagens das autoestradas que ligam as cidades do interior e do litoral. Na política fiscal dos territórios do interior, a JSD defenderá uma postura ousada, apostando em soluções fiscais – nomeadamente em sede de IRC – que potenciem a geração de investimento e a criação de emprego, como por exemplo com a criação de zonas especiais económicas com condições fiscais altamente atrativas.

Defenderemos também a descentralização de competências para a administração local e desconcentrada do Estado, num grande movimento que visa reinventar a relação do Cidadão com o Estado, tornando-a mais ágil, próxima e célere – queremos um Estado moderno na forma como se relaciona com os cidadãos. A JSD defenderá um Estado com uma administração próxima, simples

e digital, capaz de fazer mais e melhor com os mesmos recursos.

A forma como a República se relaciona com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira também merecerá atenção da parte da JSD. Por exemplo, não aceitamos que universidades das duas regiões autónomas estejam impedidas de concorrer a várias medidas dos Programas Operacionais do Portugal 2020. As verbas disponibilizadas no Orçamento do Estado às universidades insulares têm de contemplar uma majoração que permita aliviar os sobrecustos da ultraperiferia e da insularidade, garantindo o princípio da continuidade territorial.

A situação dos alunos deslocados no continente e a necessidade de reforçar as passagens áreas são áreas onde a JSD exigirá aos governos da República e Regionais maior envolvimento, de forma a que a mobilidade dos jovens não seja limitada. O reforço da autonomia, nomeadamente no campo fiscal, é outra das bandeiras que a JSD terá em consideração para os Açores e a Madeira.

### Educação de Qualidade

A Educação é o primeiro pilar da vida de um jovem, é um fator determinante da igualdade de oportunidades e do ascensor social, pelo que se exige ao Estado que cumpra o dever indeclinável de garantir o fornecimento de serviços públicos de excelência, num quadro de progressiva liberdade de escolha pelos cidadãos e de salutar complementaridade entre os vários prestadores desses serviços, assegurando-se que nenhuma criança ou jovem deixe de aceder a serviços de qualidade por carência de recursos económicos.

Poucas coisas serão tão importantes para o desenvolvimento futuro do nosso país como a educação que prestamos aos nossos filhos. É o próprio futuro de Portugal que está em jogo! A melhoria contínua da qualidade de todos os ciclos do sistema educativo português é assim uma prioridade nacional a assumir pela Sociedade como um todo.

Num mundo sem fronteiras e cada vez mais competitivo, as baixas qualificações de muitos portugueses e o fraco nível de sucesso escolar de outros coloca em causa o nosso futuro coletivo. Neste contexto, é urgente intervir no sistema educativo, criando condições para que todas as nossas crianças e jovens tenham acesso a escolas que prestem um serviço educativo de excelência à luz dos padrões internacionais. Pôr em marcha e sustentar uma mudança de paradigma no nosso sistema escolar que crie condições para elevar o seu desempenho a patamares de maior qualidade, com garantia de equidade, exigirá forte mobilização e alinhamento entre o Estado e a Sociedade.

Debater e apresentar soluções para o Ensino – na sua globalidade – é, naturalmente, debater várias formas de olhar os alunos, os professores, a aprendizagem, o papel dos encarregados de



educação e, sobretudo, olhar o papel da escola na comunidade e na formação de cidadãos capazes de seguir o seu projeto de vida com as melhores condições de partida, promovendo o verdadeiro ascensor social.

Num debate tão complexo quanto importante como este urge, então, esclarecer de forma inequívoca aquilo que acreditamos que devem ser os pilares do sistema educativo português: educar, ensinar e formar. A tarefa de educar não pode ser delegada apenas nos pais, é uma tarefa da comunidade enquanto todo coletivo: educar as novas gerações. A escola, sem prejuízo das suas funções principais, não se deve abster de envolver pedagogicamente junto dos alunos durante o seu desenvolvimento pessoal. De facto, alienar os agentes educativos (professores, alunos, comunidade) é vedar o acesso a um sistema de aprendizagem mais coeso e bem-sucedido, uma vez que as aprendizagens em que os vários agentes colaboram tendem a apresentar melhores resultados.

Entendemos que educar, no mundo de hoje, é muito mais do que expor matéria ou conteúdos aos alunos. É sim desenvolver hábitos de estudo, aconselhar, fomentar estratégias de aprendizagem de profundidade e uma motivação intrínseca para aprender. Se a escola se alicerçar em educar, além de ensinar, estaremos a criar ambientes de aprendizagem mais ricos em espaços abertos ao debate, a ouvir o aluno e promover a sua autoeficácia, tornamos as escolas num espaço de desenvolvimento e de aprendizagens mais sólidas.

Importa, obviamente, não esquecer que a escola tem também como missão capacitar para os desafios profissionais que os alunos enfrentarão. Assim, é relevante reiterar que, para além de educar, a escola deve também ensinar. Significa isto que os estabelecimentos de ensino devem estar preparados para oferecer matérias curriculares que representem as necessidades reais da sociedade e da construção do saber. Esta construção, rigorosa e séria, baseia-se na responsabilidade da escola em não se focar apenas no científico, mas também no humanismo e na transmissão de conhecimentos das chamadas artes e ciências liberais.

---

Pensar a Educação é um desafio constante. Envolve perceber o ambiente do aluno, muito para além da sala de aula. Pensar a Educação faz sentido num mundo em constante mudança, rápido na alteração do que achamos ser a norma e com necessidades cada vez mais regionais e menos ao nível puramente nacional.

---



Os alunos portugueses registam desde 2000 uma significativa e sustentada melhoria dos resultados obtidos em testes internacionais (PISA e TIMSS, nomeadamente). Os resultados dos últimos testes PISA (2015) tornam possível a compreensão desta evolução positiva, que pela primeira vez indicia bons resultados de Portugal nestes testes reconhecidos internacionalmente.

Em primeiro lugar, merece especial destaque o facto de a melhoria do desempenho médio dos alunos portugueses se ter ficado a dever à redução acentuada do grupo dos alunos com piores resultados. Se é certo que há um pequeno contributo dos resultados dos alunos mais proficientes, o maior contributo vem da redução da proporção dos alunos mais fracos.

Isto significa que diminuíram as desigualdades educativas. Em segundo lugar, pelo que revelam os dados brutos dos inquéritos PISA, temos professores mais motivados e melhor formados, especialmente aqueles que trabalham em escolas inseridas em meios sociais mais desfavorecidos, mas cujos alunos apresentam resultados acima da média. Estes dados revelam ainda que o fator que melhor pondera a motivação dos professores são os resultados obtidos pelos seus alunos. Por último, temos melhores alunos com melhores resultados nos testes internacionais porque houve uma clara redução do grupo de pais - especialmente das mães - com baixa escolarização.

Porém, outros indicadores de comparação internacional trazem-nos piores notícias. Portugal encontra-se na 41ª posição no Index de Educação calculado pelas Nações Unidas. Esta representação indica-nos que estamos no fundo da tabela dos Países Desenvolvidos. Sendo fator de preocupação, deve igualmente ser fator de desafio para todos os que pretendem uma Educação de Qualidade – alunos, professores, agentes educativos e políticos.

Para a JSD, terá de ser claro que todos os jovens portugueses merecem as mesmas oportunidades de acesso a um ensino obrigatório de excelência e que responda às suas necessidades futuras. As crianças e jovens que vivem em zonas de menor densidade populacional, longe dos centros urbanos, ou as crianças que vêm de meios socioeconómicos mais desfavorecidos, não podem ser prejudicadas face aos pares.

No âmbito da **Educação Pré-Escolar**, Portugal tem percorrido um caminho bastante positivo no sentido de massificar o pré-escolar nas últimas décadas, sendo este desígnio nacional, ao mesmo tempo, um eixo relevante de promoção da natalidade. Mais positivo para a criança em formação, benéfico para o planeamento familiar efetuado pelos pais – é este o resultado de uma maior rede de pré-escolar. Se considerarmos a permanência de, no mínimo, 6 horas por dia numa escola ou infantário, o Eurostat revela que Portugal é o quarto país europeu (atrás da Islândia, Dinamarca e Estónia) com a maior percentagem de crianças nestas circunstâncias: 83,5% no ano de 2015. Dez anos antes, era apenas de 18%, relegando então Portugal para o quinto país da Europa com menor taxa de pré-escolarização a tempo completo.

Em Portugal, apenas em 2010 as crianças de 5 anos passaram a ter um lugar garantido na rede pré-escolar pública, sendo que essa garantia se alargou às crianças de 4 anos em Setembro de 2016. O atual governo inscreveu na atualização de 2017 do Plano Nacional de Reformas a intenção de universalizar a frequência do pré-escolar aos 3 anos em 2019.

Mesmo com esta evolução a concretizar-se, continuará a existir um intervalo de vários anos entre o final da licença parental e o momento em que o Estado garante a integração da criança num sistema de ensino próprio à sua idade. Neste campo, Portugal não está sozinho: apenas 6 países europeus oferecem esta garantia imediatamente a seguir à licença parental, e nem todos de forma totalmente gratuita. Devemos ser mais ambiciosos e pretender que Portugal seja uma referência europeia no âmbito do Pré-Escolar em termos de acesso e qualidade.

No Pré-Escolar, como nos ciclos de Ensino até ao Secundário, acreditamos fortemente em soluções que consagrem a descentralização e transferência das competências para as autarquias, sendo igualmente de ultrapassar a confusa regulação do Pré-Escolar entre os Ministérios da Segurança/Solidariedade Social e Educação.

Nesta medida, a JSD irá defender um conjunto de alterações no Ensino Pré-Escolar:

A gratuidade do ensino pré-escolar a partir dos 2 anos, com o horizonte de evoluir progressivamente, numa primeira fase até ao 1 ano e numa segunda fase, até ao término da licença parental.

A criação de um portal digital com o levantamento das instituições que providenciam Educação pré-escolar, de forma a auxiliar os pais na procura dos melhores locais para os seus filhos.

A promoção de incentivos à criação de instalações de educação pré-escolar em empresas, com equipas multidisciplinares, de forma a promover um maior equilíbrio entre a vida familiar e profissional.

O recurso a parcerias com instituições privadas, do sector social e das autarquias para aumentar o acesso progressivo, de acordo com os objetivos do ponto anterior, aproveitando a oferta existente hoje para fortalecer a rede de Ensino Pré-Escolar.

Uma maior flexibilização dos horários das creches. A maioria das creches pratica um horário das 8h às 19h, nem sempre coincidente com as necessidades das famílias. O Estado deve majorar as parcerias e acordos de cooperação para as creches que antecipem o horário de abertura ou adiem o horário de encerramento.

A oferta de despiste psicológico e de desenvolvimento global no pré-escolar de forma a intervir precocemente em eventuais problemas relacionados com o desenvolvimento cognitivo da criança.



A inserção de conteúdos curriculares de desenvolvimento a crianças do pré-escolar que promovam a inteligência emocional, competências de sociabilização e noções do mundo que rodeia a criança e a literacia.

A introdução de programas de promoção da saúde que envolvam hábitos de higiene, atividade física e conhecimento de si, dinamizados por profissionais de saúde, como forma de promover estilos de vida saudáveis e intervenção em situações de alerta.

A criação nas instituições de salas de estimulação cognitiva nas instituições de ensino pré-escolar, para melhorias no desenvolvimento das crianças.

No **Ensino Básico e Secundário**, decorridas quase duas décadas do século XXI, é necessário promover um olhar abrangente sobre a Escola e os desafios para as crianças e jovens que a frequentam. O Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos) e o Ensino Secundário são a etapa mais longa de aprendizagem, correspondendo aos 12 anos de escolaridade obrigatória (idealmente, dos 6 aos 18 anos). Em termos de divisão das ofertas curriculares, hoje cerca de metade dos alunos do Ensino Secundário prossegue cursos de vias profissionalizantes, enquanto a outra metade frequenta os cursos científico-humanísticos. O ensino profissional tem sido capaz de responder às constantes mudanças e exigências de uma sociedade em constante mutação e um mercado de trabalho cada vez mais instável.

Acreditamos que a imagem do ensino profissional tem vindo a mudar e hoje assume-se como uma alternativa positiva e verdadeira ao sistema regular de ensino, para jovens que procurem mais cedo ferramentas que lhes permitam adquirir competências para, o mais rapidamente possível, poderem integrar o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A JSD deve defender também modelos, à semelhança de boas e positivas experiências que já se verificam em Portugal, em que as empresas participam ativamente na definição da oferta formativa dos cursos disponibilizados pelas escolas profissionais. Para a JSD, seja no Ensino Básico e Secundário, urge defender que a liberdade de Ensino constitui hoje uma das últimas garantias de liberdade para o sucesso pessoal de cada indivíduo, sendo uma via para a mobilidade social. No atual estado da Educação em que o que importa é a paz com os sindicatos ou apenas e só as condições de carreira dos professores, temos de reafirmar que da Liberdade de Ensino, consagrada constitucionalmente, fazem parte duas dimensões fundamentais, a liberdade de aprender e a liberdade de ensinar. A Liberdade de Ensino pressupõe assim uma via para o sucesso do processo educativo, mas acarreta também riscos e dificuldades de concretização e sucesso na sua implementação na realidade.

A Educação é por isso uma aposta estratégica de Portugal para as próximas gerações. Consideramos ser a Educação o único agente que fomenta e cria a oportunidade para a mobilidade social, e deve por isso ser um instrumento de equidade, justiça, solidariedade, mas também de



valorização do mérito, do rigor, e um promotor da excelência, sem nunca divergir para fenómenos de exclusão dos mais desfavorecidos ou menos capazes.

A Escola é por isso uma oficina de valores antes de mais, à qual se segue uma Academia de competências e saberes, que deverá formar para o saber e para o saber fazer, dotando os cidadãos de conhecimento e princípios que permitam um projeto de vida integrado socialmente. A Escola como arquipélago na formação é um conceito extinto devendo antes ser um espaço de crescimento pessoal e social de cada indivíduo exigindo-se muito mais a presença da Sociedade na Educação. A descentralização de competências, a autonomia e a gestão da Escola são temas fundamentais aos quais relacionamos o binómio Escola-Sociedade, nomeadamente na participação de professores, pais, alunos, agentes locais, autarquias e tecido empresarial e social com a Escola, na definição de um projeto educativo autónomo. Defendemos acerrimamente os contratos de autonomia das escolas (como os que foram materializados pelo governo PSD/CDS-PP no PAE - Programa Aproximar Educação: "Descentralização de competências na área da educação – Contrato de Educação e Formação Municipal"). Esta deverá ser uma opção de futuro para um sistema educativo de excelência.

O envolvimento da comunidade educativa e a opção por uma gestão com sentido estratégico para vincar a busca da qualidade, a organização de uma oferta formativa de excelência e a orientação para a melhoria dos resultados dos alunos, como objectivos-chave de todo o projeto constituem assim as questões-chave para o sucesso de uma escola moderna e contextualizada com as novas exigências.

A JSD defenderá a descentralização de competências, a autonomia das escolas com responsabilização das mesmas através de avaliação constante e um quadro de maior liberdade de escolha para os pais são opções de fundo no redesenho do edifício educativo para dar o salto qualitativo no desempenho das Escolas. A JSD defenderá o caminho da descentralização, responsabilização e escolha para chegar a escolas com mais qualidade, o que implica pôr no terreno soluções práticas para a verdadeira descentralização do sistema, como:

**Dotar as escolas de verdadeira autonomia para desenvolverem propostas educativas diversificadas e inovadoras:** capacidade de gestão da direção das escolas públicas, envolvimento e compromisso das famílias e outros agentes locais, assumir e defender firmemente os contratos de associação com gestão privada;

**Promover a transparência e a prestação de contas do sistema:** total visibilidade pública do desempenho de cada escola, inspeção eficaz às escolas, avaliação consequente da escola;

**Implementar um modelo de financiamento justo e equitativo das escolas públicas e privadas da rede:** gratuitidade no acesso, liberdade de escolha dos pais/aluno, a concorrên-

cia salutar de projetos educativos.

Também decorrente do reposicionamento do Estado no sistema educativo, teremos de defender a necessidade de oferecer liberdade a cada cidadão para escolher, de entre as várias opções gratuitas disponíveis no serviço público de educação, a escola pública ou privada com o projeto educativo que considera melhor e mais adequado para os seus filhos. Porque através da possibilidade de escolha aos pais/alunos se maximiza o bem de cada jovem ao agir sobre a desigualdade em si mesma:

- Garantindo a igualdade de oportunidades independentemente dos recursos económicos de cada família;
- Combatendo a segregação que nasce na diferente capacidade económica das famílias traduzida desde logo ao nível do mercado habitacional e transportada para as escolas;
- Contrariando e invertendo a lógica da seleção dos alunos por parte das escolas, esta sim cristalizadora da desigualdade e catalisadora de assimetrias económico-sociais na população.

Ao mesmo tempo, uma Educação de Qualidade deve ser capaz de atrair, desenvolver e reter talento para profissionais de ensino, sendo necessário investir na capacitação dos professores, com exigência no recrutamento e na formação profissional, capacitação técnica e capacitação pedagógica. Avaliar conseqüentemente os professores (com base no mérito), apostar na diferenciação pelo desempenho, definir planos de carreira atrativos para professores baseados na meritocracia e a progressão e remuneração em função do desempenho.

A JSD defenderá também a participação dos alunos no processo de avaliação dos professores. Assumindo sempre que nenhuma tecnologia irá substituir um bom professor, é fundamental selecionar, formar e avaliar os professores. Os alunos têm de participar nesse processo de avaliação de forma a premiar os professores que mais se destaquem no seu processo de aprendizagem.

Nesta medida, a JSD irá defender um conjunto de alterações no Ensino Básico e Secundário:

- Reorganizar os conteúdos programáticos do Ensino Básico e Secundário, de modo a criar unidades curriculares mais transversais e modulares, respeitando a noção de disciplina enquanto campo próprio e tendencialmente exclusivo, mas que está para lá de uma visão estanque das disciplinas;

Definição de um Programa de Cidadania para inclusão obrigatória no currículo nacional. Defende-se a criação de um programa transversal a todas as disciplinas para o Ensino Básico e Secundário, no qual sejam transmitidos valores e conhecimentos essenciais para a vida em sociedade, onde a interdependência é fator chave. O programa para a Cidadania deverá incluir temas como a educação para a saúde, educação sexual, sistemas políticos, organizações cívicas e políticas, funções do Estado e de órgãos de soberania, contribuindo para a formação de cidadãos;

Definição de uma Estratégia de Educação para o Empreendedorismo, possibilitando-se que desde o 1º CEB até ao fim do Ensino Secundário, os alunos estejam expostos a iniciativas, programas e ações, de carácter, interdisciplinar, para a promoção do Empreendedorismo, sendo uma das ações possíveis a realização de Concurso Nacional de Empreendedorismo Escolar;

No contexto da autonomia dos projetos educativos defendida, deve consagrar-se a possibilidade de as escolas optarem por organizações diferentes dos tempos letivos (existindo objetivos nacionais obrigatório de total de horas) e da organização das disciplinas, com a criação de disciplinas ou módulos trimestrais e semestrais;

No Ensino Secundário, os alunos que optam por determinado curso devem poder inscrever-se e frequentar disciplinas de outros cursos (até um máximo de 2 disciplinas) como forma de enriquecimento pessoal e pedagógico, não colocando em causa as disciplinas nucleares do curso escolhido, sendo para tal de equacionar um sistema de ECTS por disciplina, tal como acontece no Ensino Superior;

Desenvolvimento de currículos bilingues (Português e Inglês) no 12º ano para as várias disciplinas, exceto nas disciplinas sujeitas a exame nacional, que deverão ser sempre lecionadas em língua portuguesa. Esta medida seria uma ferramenta de preparação dos alunos para o Ensino Superior, onde a exposição ao Inglês é significativamente maior;

Desenvolvimento de programas de apoio educativo (aulas de explicação das várias disciplinas), abertas a todos os alunos, mediante a inscrição obrigatória até ao fim do 2º período. Estas aulas de explicação podem ocorrer em escolas, edifícios municipais, núcleos de juventude, centros de formação, de forma a facilitar o acesso aos alunos, sendo preferencialmente lecionadas por professores com horário 0 ou em regime de não-colocação;

Rever o conteúdo programático da disciplina de TIC, incluindo temas mais atuais como coding e design de aplicações, dotando os alunos de competências digitais modernas e essenciais para o mundo laboral do futuro;



Aumentar as horas letivas, por ano, dedicadas ao ensino artístico, como as aulas de educação musical e expressão visual, aproveitando o potencial educativo e de desenvolvimento de capacidades cognitivas que estas matérias trazem aos alunos;

Revisão do Plano Nacional de Leitura, incluindo temas e obras de outras áreas do conhecimento como a economia, história, promovendo a multidisciplinidade do sistema de ensino, fomentando o interesse em outros temas por parte dos jovens;

No âmbito da alocação de fundos para remodelação de infraestruturas escolares (por exemplo, ao nível do Portugal 2020), os futuros investimentos a realizar em escolas devem contemplar a construção de salas de aulas modernas, segundo o conceito Future Classroom Lab, para o desenvolvimento de espaços inovadores de aprendizagem e onde seja possível o alargamento progressivo do modelo de aprendizagem colaborativa. No espaço de 5 anos, deve estabelecer-se como objetivo a generalização destes espaços por todo o território nacional;

As escolas devem criar estruturas e grupos de vigilância, com representantes (a definir com base no universo escolar) dos professores, alunos, pessoal não docente e encarregados de educação, para monitorizar e agir sobre os casos de bullying, funcionando como estrutura de apoio à direção da Escola na tomada de decisão, em particular para a definição de medidas preventivas e corretivas de situações de bullying e violência escolar;

Contratação plurianual de psicólogos e outros técnicos de saúde nas escolas e agrupamentos da rede pública e privada, de forma a aumentar a eficácia das intervenções em contexto escolar. A estabilidade na relação com os alunos é essencial para o sucesso de qualquer intervenção, assegurando-se mais facilmente através da estabilidade profissional dos prestadores de cuidados;

Propor a criação da Unidade de Saúde Escolar, composta por técnicos de saúde, aptos a realizar atendimentos habitualmente realizados em Unidades de Saúde Familiar, de forma a reduzir o tempo de aula perdido. Aproximando a saúde e a escola, os alunos podem ter acesso a melhores cuidados de saúde, conciliáveis com a sua vida escolar;

O Ministério da Educação deve criar uma comissão com peritos e especialistas para estudar os impactos do aumento da escolaridade obrigatória para os 12 anos, percebendo-se os ganhos da medida, eventuais distorções e oportunidades de melhoria, para que, sendo necessário, se façam intervenções. Urge estabilizar as ofertas de dupla certificação de jovens e incremento das formações de adultos, quer quanto aos meios de financiamento, quer quanto à resolução de questões pedagógicas, de funcionamento e gestão; reinstaurar os cursos vocacionais a partir do 2º ciclo e, com particular intensidade, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

A JSD defenderá igualmente que os programas dos Cursos Profissionais devem ter por base a deteção das necessidades locais e a organização da formação considerada relevante para o tecido económico e social e para a dinamização dos distritos e regiões em que as escolas estão inseridas. É também relevante assegurar para os cursos profissionais a sua integração na rede de ofertas de nível concelhio ou regional, através de coordenação descentralizada a nível intermunicipal e em estreita colaboração com os institutos politécnicos.

Garantir sempre a reversibilidade das opções por trajetos profissionalizantes e a permeabilidade entre percursos, permitindo o prosseguimento de estudos nas diversas ofertas, qualquer que seja a opção escolhida pelos alunos; e o desenvolvimento de programas de desenvolvimento e orientação vocacional para os alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico, no qual esteja contemplada:

Orientação vocacional em período extracurricular;

Um programa de tutorias ou mentoring, com um professor, psicólogo ou antigos alunos da Escola (rede alumni);

Generalização de fóruns de carreiras para este ciclo de Estudos (a totalidade de oferta de cursos do Secundário deve ser apresentada);

Recurso a testes psicotécnicos, numa base anual entre o 7.º e o 9.º ano de escolaridade, ao invés de apenas no 9.º, como sucede hoje na maioria das escolas.

No âmbito do **Ensino Superior**, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) foi implementado em Portugal no ano de 2007. Este diploma previa a realização de uma avaliação em 2012 relativa à implementação deste diploma legal, o qual concretizava uma profunda reforma do sistema de ensino superior. Infelizmente, até ao momento, essa avaliação ainda não foi feita. A JSD exigirá a realização dessa avaliação.

Importa avaliar o impacto da implementação do RJIES nas Instituições de Ensino Superior (IES) e fazer uma clara revisão deste diploma considerando os seguintes aspetos:

Reforço do papel dos estudantes na gestão das IES, reforçando autonomia das Instituições;

Retirar a competência de eleger o Reitor ou Presidente da IES ao Conselho Geral criando uma estrutura para o efeito;

Clarificar as missões dos subsistemas.

Na caracterização da atual situação do Ensino Superior em Portugal, é possível destacar alguns principais aspetos como limitadores do potencial educativo de Excelência:

A desadequação entre a oferta educativa e as necessidades do mercado de trabalho, o que resulta na existência de franjas de cursos com reduzida empregabilidade;

Elevada dependência do Estado por parte das instituições e baixa diversificação das fontes de receitas, com um modelo de financiamento baseado quase exclusivamente no custo médio por aluno.

Um Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e estatuto da carreira docente limitadores da autonomia e pouco incentivadores da abertura às empresas e ao estrangeiro.

Portugal tem hoje uma rede de IES com boas escolas, embora uma parte significativa se mantenha distante dos padrões e rankings internacionais, sendo necessário aprofundar a renovação e modernização do Ensino Superior em função das reais necessidades dos países e não, como muitas vezes, ocorre em função de interesses parciais ou corporativos.

O Ensino Superior deve, em nosso entender, transformar a sua rede de oferta pública e privada num sistema mais aberto, a nível interno e externo, mais autónomo e flexível, em particular no que diz respeito ao modelo de financiamento, que tenha em conta as necessidades e capacidades do país, que premeie as IES de acordo com o sucesso obtido.

A ação social escolar deve ser uma realidade, garantindo o acesso a estudantes de meios económicos mais desfavorecidos. A mobilidade social também se joga neste domínio, evitando ciclos onde a pobreza se perpetua. O Estado deve prosseguir a otimização do sistema de ação social para estudantes deste ciclo de estudos, incentivando o reforço das respostas e mecanismos locais para respostas mais rápidas, ao mesmo tempo que promove a atribuição de bolsas de estudo.

O reforço da componente binária do sistema de Ensino Superior (universitário e politécnico) também deve ser uma preocupação dos legisladores e dos agentes educativos, na medida em que o Processo de Bolonha veio criar distorções na clássica divisão, o que resulta em duplicações inexplicáveis de oferta, com sobreposição de cursos semelhantes em instituições universitárias e politécnicas, ocorrendo o caso de existirem hoje cursos de clara vocação politécnica a serem lecionados em universidades, e vice-versa. Urge adotar medidas que demonstrem claramente uma separação entre ambos os regimes, sob pena de não de se justificar – como nós acreditamos que se justifica – a vertente binária do Ensino Superior para responder às necessidades dos estudantes e da comunidade.

Da mesma forma, entendemos que a tutela deve incentivar as IES a estudarem se a sua realidade se compagina melhor com o estatuto de fundação pública de direito privado, visto que este regime que dá maior autonomia de gestão dos recursos humanos e financeiros, nomeadamente das receitas próprias da IES, podendo garantir maior sustentabilidade a médio e longo prazo.

O apoio à inserção profissional por parte das IES deve igualmente ser uma realidade em todas as escolas do país, de forma a promover uma transição bem-sucedida dos estudantes entre as IES e o mercado de trabalho, bem como o seu acompanhamento, numa fase pós-diplomada (rede de alumni de cada escola).

A internacionalização do Ensino Superior é outro dos eixos de desenvolvimento presente e futuro, no qual o país deve apostar como um todo. Existe em Portugal capacidade, ferramentas e conhecimento para criar um Ensino Superior exportador de classe mundial, capaz de atrair os melhores estudantes e professores a nível mundial. O patamar de excelência poderá ser alcançado através de uma estratégia que coloque a internacionalização como fator-chave do desenvolvimento do sistema de Ensino Superior, através de medidas, planos de ação e objetivos claros.

Nesta medida, a JSD irá defender um conjunto de alterações no Ensino Superior:

Exigiremos um debate alargado sobre a Reorganização da Rede de Ensino Superior em Portugal enquadrado numa Estratégia Global de Coesão Territorial;

Defendemos uma clara racionalização das nomenclaturas dos cursos de formação inicial, com o intuito de dar a conhecer à sociedade civil as profissões que os diplomados estão habilitados a exercer com o seu diploma. A oferta formativa das IES deve ter uma relação clara com a Economia e Estratégia Local;

A dotação orçamental das IES deve ser atribuída mediante critérios objetivos que beneficiem a qualidade, a excelência e a boa gestão. Para tal devem ser conhecidos os valores padrão e indicadores de desempenho equitativamente definidos para o universo de todas as instituições e tendo em conta os relatórios de avaliação conhecidos para cada curso e instituição. Defendemos que um dos critérios preponderantes da fórmula seja a empregabilidade dos diplomados;

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e competitivo. A formação ao longo da vida é cada vez mais necessária e já deu provas de que tem impacto no desenvolvimento da economia. Importa incentivar e melhorar as condições de frequência no ensino superior, promovendo uma compatibilização entre o estudo e trabalho no regime de trabalhador-estudante;



Criação de um novo modelo de financiamento para o Ensino Superior mais diversificado em termos de atividade e baseado no desempenho concreto das instituições em termos de empregabilidade real dos seus alunos e de produção de conhecimento (e não apenas no peso histórico da estrutura de custos da IES e na abertura de novos cursos para obtenção de mais receita através de mais alunos);

Desde 2008, os Estabelecimentos de Ensino Superior passaram a poder facultar aos seus estudantes a frequência dos ciclos de estudos em regime de tempo parcial, tendo um nível de adesão significativo pelos Trabalhadores-Estudantes e estudantes, que embora não tenham um estatuto formal de trabalhadores estudantes, partilham o seu tempo entre os estudos e outros afazeres. Para o sucesso de tal medida, foi importante o montante aplicado relativo ao valor da propina, o qual, regra geral, é equiparado à propina mínima. Consideramos que tal valor é completamente desajustado à realidade nacional pelo que defendemos que o limite legal para o valor desta propina deve ser igual a 60% do valor da propina a ser cobrada pelo regime de tempo integral;

O Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEES) tem como princípio fundamental garantir igualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior a todos cidadãos portugueses. Defendemos um debate alargado sobre este diploma envolvendo não só as IES e os seus estudantes, mas também investigadores das ciências sociais e peritos internacionais, com intuito de uma revisão ao mesmo que garanta que nenhum estudante seja afastado do sistema por razões económicas, compreendendo as várias perspetivas sobre esta realidade, conhecendo-a em detalhe e avaliando as melhores práticas internacionais;

O abandono escolar é uma das maiores problemáticas do Ensino Superior. Anualmente milhares de estudantes abandonam o sistema de ensino por diversos motivos: financeiros, insucesso, deflagração de expectativas, má integração, falta de acompanhamento e outros. Exigiremos que IES assumam os números reais de estudantes que abandonam a Instituição e criem sistemas de prevenção, que detetem precocemente os casos de possível abandono, dando-lhes uma resposta e o acompanhamento devido;

O Estado deve reger-se por um princípio de não-discriminação do Ensino Superior Privado, nomeadamente na vontade das IES privadas decidirem criar cursos, veja-se o caso de Medicina, que para a JSD devia ser possível, sendo a sua preocupação a regulação dos cursos através da A3ES, de forma a garantir que a oferta do Ensino Superior Privado é de qualidade e que atende às necessidades de alunos e do país;

Perante a revolução tecnológica que vivemos atualmente é difícil de prever quais os empregos que existirão no futuro e quais as formações que devem ser criadas para dar respos-



ta às necessidades do futuro mercado de trabalho. Urge a criação de uma comissão com diversos agentes (desde o setor do Ensino Superior, tecido empresarial, instituições europeias, promotores de inovação tecnológica e estudiosos do mundo do trabalho), que defina as estratégias de formação para os empregos de futuro;

O acesso a habitação por parte dos estudantes do Ensino Superior será igualmente uma das áreas a que dedicaremos a nossa atenção, pelo impacto que tem para estudantes deslocados, defendendo a construção de novas residências universitárias e a requalificação e modernização das existentes;

A avaliação e progressão académica do corpo docente está demasiadamente focada na produção de investigação e na publicação de artigos científicos. Queremos colocar na agenda política a revisão do diploma que rege a avaliação do Corpo Docente, dando enfoque à transformação de conhecimento como critério igualmente preponderante para a evolução da carreira docente;

Para incentivar a internacionalização do Ensino Superior, deve promover o uso do inglês como língua estruturante de todo o Ensino Superior, a par do Português, sendo de incentivar as IES ao desenvolvimento de informação nas escolas e de currículos bilingues, uma inclusão eficaz das escolas portuguesas numa rede global de conhecimento e investigação;

No âmbito da internacionalização pretendida para o Ensino Superior, deve a tutela criar uma estratégia nacional para implementação de medidas nas IES para promover o Ensino Superior Português a um dos mais atrativos do mundo, encarando-o como um setor exportador, capaz de atrair estudantes de todo o mundo, afirmar a posição de Portugal e gerar atividade económica com grande relevância.

## Emprego e Mercado de Trabalho

O Emprego é um dos pilares da vida de um jovem quando inicia a sua transição para a vida adulta. Todos queremos uma sociedade onde o emprego e o potencial empreendedor de um jovem são o passaporte para a realização pessoal e para uma carreira de sucesso. Para cumprir este desiderato, é necessário construir um mercado justo e competitivo, que potencia a atração de investimento e criação de emprego para os jovens.

Para a JSD, é fundamental a criação de emprego, devendo a aposta nas políticas ativas de emprego ter um forte pendor de incentivo à contratação, ou seja, deve o Estado criar condições para que as empresas e o sector privado - principal agente de criação de emprego numa economia - façam o seu trabalho, acrescentando valor, aumentando níveis de investimento, para criar

criar empregos na nossa sociedade.

Nenhum agente político que se preocupe com o futuro da sociedade portuguesa pode assistir, de forma impávida, a uma situação que facilmente origina um flagelo: novas gerações, a maioria qualificadas, sem uma oportunidade de criar valor e aumentar a riqueza da comunidade, ao mesmo tempo que melhoram as suas condições de vida e seguem os seus projetos profissionais. No relatório de avaliação das reformas no Mercado de Trabalho em Portugal 2011 - 2015 (Labour Market Reforms in Portugal 2011-2015, OCDE) publicado em 2017, a OCDE identifica que “o aumento significativo do desemprego jovem durante a recessão ocorreu em vários países da OCDE, particularmente naqueles em que - como Portugal - existe um hiato entre a proteção legal dos contratos a termo e dos contratos sem termo (efetivos). Nestes países, os jovens são maioritariamente empregados com contratos a termo, com reduzidas esperanças de passar para contratos sem termo.”

É a própria OCDE que admite que “futuras reformas de proteção do trabalhador que visem a redução da dualidade contratual devem ser encaradas como um elemento chave na melhoria dos resultados para o emprego jovem em Portugal”. A OCDE recomenda ainda às autoridades portuguesas que “é essencial intervir precocemente para evitar que os jovens à margem do mercado de trabalho caiam em inatividade, sendo muito mais difícil reintegrá-los no mercado de trabalho.”

Tendo em conta que os jovens fazem parte dos grupos mais vulneráveis, ou no limite, nos grupos que sofrem de maior desemprego, o Estado deve intervir na base, tal como recomenda a OCDE, para criar condições para a contratação jovem, garantindo que, mal terminam os estudos, os jovens dão entrada no mercado de trabalho, desafio importantíssimo na vida de todos os jovens portugueses.

---

O mercado de trabalho de hoje em nada se assemelha ao do século XX. Cada vez mais a inovação individual, a criação do próprio emprego e a constante procura de novas oportunidades irão marcar a carreira da nossa geração.

A evolução tecnológica e as ambições de um jovem atual fazem com que este precise de flexibilidade e dinamismo e uma constante adaptação à mudança. Hoje em dia, os jovens estão cada vez mais vocacionados para ter “trabalho”, em vez de ter “emprego”, para ser permeáveis a diversas áreas e para mudar sempre que consideram ser tempo de aprender algo diferente. Somos a geração mais qualificada de sempre.

---



No entanto, o que vemos é a maioria dos jovens acorrentados a estágios mal remunerados ou mesmo não remunerados. Alguns, uma minoria, têm trabalhos que, apesar de remunerados acima da média, são fortemente taxados, excluindo-os em simultâneo de todos os apoios existentes. Estas realidades não servem a nossa geração, nem permitem poupança e investimento ou mesmo a constituição de uma família. Limitam também fortemente as opções de habitação dos jovens.

A liberalização do mercado de trabalho, conscienciosa e balizada por princípios éticos e de justiça social, com a revisão da disparidade de contratos de trabalho e de condições adquiridas que hoje existem, é crucial para conjugar as necessidades de trabalho por parte dos empregadores com a oferta de recursos humanos existente.

**A JSD terá de ser arrojada e defender alterações políticas concretas e inovadoras, como a criação de um sistema fiscal diferenciado para jovens, que funcione com dois grandes objetivos: fomentar oportunidades de emprego para os jovens, diminuindo o custo da contratação; garantir que os rendimentos líquidos auferidos por um jovem devem permitir uma emancipação completa, nomeadamente no acesso à habitação e à construção de família.**

O nível de impostos a que jovens são sujeitos desde o primeiro momento de trabalho leva a um peso fiscal desproporcionado face às despesas de um início de vida emancipada e deve ser repensado através de um regime especial para jovens trabalhadores abaixo dos 30 anos.

Os incentivos à constituição de empresa própria por parte dos jovens devem ser efetivos. Deve ser simples iniciar e encerrar atividade. O mérito do empresário, a criação de postos de trabalho, a geração de inovação e valor devem ser também premiados. Um empresário com um projeto que falhe não deve ser estigmatizado para que tenha a liberdade e a motivação para voltar a tomar a iniciativa de arriscar. É essencial que se inove e dinamize a economia, processo no qual os jovens devem ser uma das forças motivadoras.

### Acesso a Habitação

O acesso à habitação sempre foi um grave problema no panorama nacional. Ao longo de todas as décadas foram diversos os motivos para todos os portugueses não terem um acesso condigno ao mercado imobiliário. As anteriores leis de arrendamento - pelo excesso de garantias concedidas aos arrendatários - fizeram com que os proprietários não tivessem estímulo em arrendar, presentemente, os problemas são de outra ordem (custos associados ao arrendamento).

Ora, foi precisamente a ausência de imóveis disponíveis para arrendamento, aliado ao crédito



barato, que provocaram o grande boom de crédito hipotecário em Portugal.

A última alteração às leis do arrendamento provocada pelo Governo do PSD foi da maior importância para revitalizar e dar um novo impulso ao mercado de arrendamento. Ainda assim, as salvaguardas fazem com que um considerável número de arrendatários se mantenha com excesso de garantias, fazendo de alguns proprietários uma “segurança social imobiliária”.

Além disso, os elevados custos associados à propriedade de um imóvel fazem com que as rendas sejam demasiado elevadas para o padrão salarial. Note-se que, segundo dados do Eurostat, as despesas com habitação representam o maior gasto no orçamento familiar. Assim, o acesso à habitação também se torna muito dispendioso, pela necessidade dos inquilinos pagarem as rendas que os proprietários exigem. Além do IMI, das despesas inerentes à conservação do locado, do imposto de selo e do IMT (que já teve com a aquisição), o proprietário tem de liquidar o imposto sobre os frutos do arrendamento, cuja taxa liberatória se cifra nuns elevadíssimos 28,5%.

**O acesso à habitação é um dos pilares mais importantes para a independência dos jovens.**

Em especial nos grandes centros urbanos, o arrendamento é cada vez mais um problema basililar para todos. No que aos mais jovens diz respeito, o acesso à habitação deve ser acautelado, nomeadamente, em dois momentos: a) quando se deslocam para estudar; e b) na procura do primeiro emprego.

Assim, quando os jovens se deslocam para estudar, não é tão incomum quanto isso o valor despendido para habitação representar metade ou mais de metade dos custos dos estudantes e respetivas famílias. Além disso, os primeiros empregos e a necessidade de realização de estágios para a aquisição de experiência profissional fazem do custo da habitação um entrave ao investimento do jovem no seu desenvolvimento pessoal

A Caritas afirma que os jovens portugueses não conseguem comprar nem arrendar casa devido à desproporção entre salários e custo de habitação. Não podemos ser a geração condenada a viver em casa dos pais. É por isso urgente que se repense a habitação jovem. O Estado deve ser o garante da igualdade de oportunidades no acesso à habitação condigna para os jovens, promovendo a emancipação e a liberdade de decisão no que toca à constituição de família.

Acreditamos na boa vontade do programa Porta 65 para os jovens que cumprem os critérios para usufruir deste subsídio. No entanto, não só as atuais regras não são coerentes com as condições do mercado imobiliário, quer em tipologias quer em valores de renda máxima, mas também não são efetivamente apoiados todos os jovens que preenchem os seus critérios. Cerca de 60% dos candidatos preenchem os critérios para usufruir do Porta 65 e são excluídos por não haver orçamento.



A JSD defenderá, como tem feito nos últimos anos, propostas de melhoria e revisão do programa Porta 65, dotando-o de um financiamento maior, ao mesmo tempo que se alteram e alargam os critérios de elegibilidade, ao nível das tipologias e do valor das rendas, desfasados da realidade de mercado em grande parte dos centros urbanos do país.

Porém, o modelo de subsídição atual via Porta 65, pela exclusão que provoca com a recusa de tantos candidatos, deve fazer-nos avançar com soluções diferentes neste âmbito.

A criação de benefícios fiscais (ao proprietário) para o arrendamento jovem a preços de mercados descontados (uma vez que na maioria dos casos o arrendamento a estudantes se limita ao arrendamento de quartos, sem grandes garantias e no mercado paralelo) teria o duplo efeito de controlo de um mercado paralelo e de auxílio no acesso à habitação jovem. A intervenção do Estado será sempre mais desejável através de uma ótica de criação de estímulos ou criação de impulsos comportamentais do que a atribuição de subsídios ou verbas. Primeiro, pela operacionalidade e segundo pelo custo da criação e aplicação do benefício. Os inquilinos jovens que têm hoje custos de arrendamento devem ser beneficiados com reforçadas deduções fiscais em sede de IRS.

*A JSD, mais do que uma bonita opção ideológica, quer ter uma abordagem do problema de forma pragmática. Se a forma mais rápida e eficiente de solucionar o problema da habitação é do lado da oferta (senhorio), então é aí que devem surgir também os estímulos. A procura de soluções deve pautar-se sempre por um elevado critério de exequibilidade, sob pena de se replicarem promessas plenas de intenção e vazias de execução.*

Os jovens podem ter um papel fulcral no rejuvenescimento de zonas envelhecidas ou desabitadas dos centros urbanos, devendo ser pensada e incentivada a recuperação de edifícios públicos devolutos ou sem utilização plena e da sua reconversão para habitação jovem. Iremos também defender a instituição de uma regulamentação nacional que permita a redução (ou isenção) de IMT para jovens que adquiram imóveis para sua habitação principal.

Não podemos continuar também a esquecer os jovens com rendimentos médios que, na atual conjuntura, também não têm possibilidade de se autonomizar e de habitar nos centros urbanos. Temos por isso de repensar e complementar o modelo de subsídição atual pois não oferece uma solução duradoura. Como defensores da iniciativa privada, queremos garantir que os senhorios são livres de decidir a utilização do seu património, mas acreditamos que o regime fiscal do arrendamento de longo prazo e do arrendamento local devem ser harmonizados, de forma a que não seja penalizador optar pelo arrendamento convencional.



## Saúde

Só em 2006, em Portugal, se cria a primeira Unidade de Saúde Familiar (USF) que veio modernizar o conceito dos Cuidados de Saúde Primários. Segundo relatório da OCDE, que faz uma revisão da qualidade dos Cuidados de Saúde em Portugal, constatou-se que apesar de Portugal se encontrar bem posicionado no que toca à saúde, ainda existem áreas que requerem trabalho adicional.

Seguindo as orientações da OCDE, a JSD propõe:

A melhoria dos processos clínicos, particularmente no que concerne ao sector hospitalar, onde as infeções associadas a cuidados de saúde são mais comuns do que noutros locais (com uma prevalência de 10,7% nos doentes internados em 2011/12, em comparação com 6,0% da média da União Europeia) e a taxa de cesarianas é ainda a quinta mais alta na OCDE (apesar de uma redução notável);

Reflexão sobre a orientação estratégica dos cuidados de saúde primários que, após uma reforma impressionante, agora corre o risco de se tornar um sistema com 2 níveis, cada vez mais divergentes na qualidade de cuidados de saúde. Exige também uma mudança de paradigma de modo a reorientar as políticas de saúde para se focarem nos outcomes ou ganhos efetivos em saúde.

Reforçando a importância do empoderamento da população, da prevenção primária e secundária a JSD propõe também:

Como se sabe, o cancro do colo do útero é o 3º cancro mais frequente na mulher. Em Portugal ocupa o 4º lugar nos cancros mais frequentes na mulher, com cerca de 720 novos casos e 390 mortes por ano. O principal responsável por este cancro é o Vírus do Papiloma Humano (HPV). Sabe-se também que este cancro é possível de prevenir e rastrear. Se diagnosticado numa fase inicial da doença, este cancro tem cura. Com a implementação crescente do rastreio organizado bem como com a inclusão da vacina para o HPV no Plano Nacional de Vacinação (PNV) para raparigas com 10 anos de idade já muito foi feito no âmbito da prevenção e da deteção precoce. Porém, a JSD acredita que a inclusão da vacina do HPV no PNV também para os rapazes deve ser uma prioridade. O HPV transmite-se predominantemente por via sexual, estimando-se que mais de 50% da população sexualmente ativa irá entrar em contacto com este vírus ao longo da sua vida. Os homens são os responsáveis pela transmissão do vírus aos seus parceiros sexuais e por isso, a vacinação dos pré-adolescentes rapazes irá não só proteção individual (a vacina do HPV HPV mostrou-se eficaz na prevenção de verrugas genitais, neoplasias intraepiteliais anais e cancro anal no género masculino) como proteção indireta dos(as) parceiros(as);



A JSD defenderá que o Suporte Básico de Vida (SBV) deve integrar o programa curricular dos jovens Portugueses. Capacitar todos os jovens com SBV irá estimular não só a prática de uma cidadania ativa como irá salvar vidas. Com a implementação desta medida permitiremos que a ajuda prestada até à chegada da emergência médica seja efetiva;

Segundo o grande estudo "The Global Burden of Disease", constatou-se que as perturbações psiquiátricas eram responsáveis por 40% dos anos vividos com incapacidade. Se em 2010 a depressão era a 3ª causa de carga global de doença, em 2030 prevê-se que será a 1ª causa mundial para anos de vida ajustado por incapacidade, com agravamento plausível da correlação das taxas de suicídio e para-suicídio. Sendo o suicídio a segunda causa de morte dos jovens em Portugal, a seguir aos acidentes de viação. Em Portugal, é entre os 18 e os 34 anos que se verifica maior prevalência de doença mental com as perturbações ansiosas, afetivas e o abuso de álcool a encabeçar as patologias mais frequentes. Assim, a JSD defenderá cuidados de saúde mental de qualidade na comunidade, ao invés do investimento nos cuidados hospitalares, com capacitação crescente dos profissionais de saúde dos cuidados de saúde primários para a constituição de equipas comunitárias multidisciplinares com formação neste âmbito. Estas equipas comunitárias devem intervir nas populações mais frágeis bem como, nas escolas, IPSS e associações juvenis. Com implementação de inquéritos de rastreio de suicídio e doença psiquiátrica aos jovens e sinalização dos mesmos aos cuidados de saúde primários;

Segundo um estudo recente da Universidade de Lisboa, cerca de 27% dos jovens acreditam que o Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) se transmite pelos talheres. Enquanto estudos revelarem números deste teor, percebemos que há um longo caminho a ser feito no que toca à educação para a Saúde. A JSD defende educação para a saúde não só no âmbito das doenças sexualmente transmissíveis mas nas diferentes áreas da mnemónica HEADS, utilizada para guiar consulta de adolescentes, e que se refere a:

1. ambiente familiar (home);
2. aproveitamento escolar (education);
3. atividades (activities);
4. drogas e álcool (drugs);
5. suicídio (suicidality) – já abordado.

### A iniciativa dos cidadãos, a democracia e a sociedade civil

Acreditamos na sociedade forte, mobilizada, rica em projetos de elevado cariz social, recreativo, cívico, artístico, cultural, desportivo, porque na JSD não desconfiamos das pessoas, nem da sua iniciativa. Defendemos sempre o associativismo e a iniciativa dos jovens em projetos seus, que reforçam a construção da nossa comunidade.

O associativismo juvenil é um meio privilegiado de participação cívica dos jovens na sociedade. É preciso reconhecer, a cada momento, o papel que este setor tem para a construção da sociedade e para promover a participação dos mais jovens. A promoção do associativismo juvenil deve privilegiar a efetiva participação e capacitação dos jovens.

---

Este setor tem um papel fundamental no desenvolvimento dos jovens e das suas capacidades, nomeadamente de “soft skills” que são cada vez mais apreciadas pelo mercado de trabalho. Deve ser crescentemente reconhecido o papel do associativismo também na área da educação não formal. Há no enquadramento legal do associativismo juvenil áreas que merecem ser revistas e atualizadas, para melhor responderem aos desafios de hoje. Deve ser salvaguardada e promovida a efetiva participação dos jovens, e incentivada a sua capacidade de iniciativa.

---

Nesse sentido, deve ser também promovida uma **revisão do financiamento do associativismo juvenil**. Tal como está hoje desenhado, privilegia os beneficiários incumbentes, criando entraves ao surgimento de novos projetos e ao desenvolvimento de associações mais recentes e com menor histórico de atividades. O paradigma atual, associações com um largo histórico de atividades são privilegiadas no acesso ao financiamento no quadro dos programas do IPDJ.

Mas estas associações, com mais histórico, são também aquelas que mais capacitadas estão podendo desenvolver outros meios de financiamento e suportando, por essa via, uma ligeira redução no quadro financeiro previsto. Propomos um novo paradigma de financiamento, criando incentivos adicionais ao surgimento de novos projetos e de novas ideias, com um quadro financeiro adequado para apoiar estas atividades.



## As Relações Internacionais

A JSD afirma-se como uma estrutura patriota, europeísta, com fortes laços no espaço lusófono e numa postura de promoção do diálogo e da cooperação entre os povos e os países.

Não adotamos um discurso pessimista face ao desenvolvimento atual do mundo, preferimos a postura crítica e atenta. Não adotamos o discurso contra a emigração jovem de Portugueses que vão dar cartas por esse Mundo fora.

A nossa geração não estigmatiza a emigração, sabe que há lá fora muitas oportunidades de valorização e realização pessoal através de uma experiência profissional, escolar ou de vida noutra país. Quem quer emigrar porque isso representa uma escolha de vida individual não deve merecer do discurso político uma atitude negativa, pessimista, miserabilista, associada a uma nostalgia de tempos que já não voltam: os tempos de uma vida, uma profissão, um emprego no mesmo sítio durante a décadas.

A JSD é uma estrutura de forte pendor europeísta, acredita na Europa dos Estados que cooperam, partilham soberania e responsabilidades, que constroem juntos um projeto Europeu de desenvolvimento, prosperidade e paz para os 500 milhões de habitantes na Europa. Mas esta tem de ser também uma Europa das Pessoas. A Europa atravessa tempos de excecionalidade: o Brexit que levará ao facto inédito de um país abandonar a União Europeia; a alteração dos sistemas políticos tradicionais em vários países, como são os recentes casos de Itália e França; a emergência de populismos de direita e de esquerda em vários pontos do continente; a ameaça terrorista permanente nas principais cidades europeias; o inverno demográfico; a reconfiguração económica resultante da 4ª Revolução Industrial; entre outros.

Estes são tempos desafiantes para fazer política neste espaço geográfico do Mundo. Aos desafios do nosso país, juntam-se os desafios da Europa – projeto político onde queremos estar, participar e construir. Os jovens portugueses são jovens europeus, que querem mais e melhor Europa.

Para a JSD, a intensificação do esforço – iniciado por Bolonha – da criação de um verdadeiro sistema de ensino universitário a nível Europeu deve ser continuado, e iniciar-se a sua discussão para o Ensino Secundário, fomentando a partilha de experiências e o intercâmbio de estudantes, numa fase mais precoce do Ensino.

A JSD defenderá que a Juventude seja a prioridade central do próximo quadro comunitário de apoio, tendo especial enfoque no papel dos jovens na Escola do Futuro, conversão de capacidades, a economia digital, a robotização do trabalho. Os investimentos efetuados na preparação dos jovens para o novo Mundo serão bons investimentos, na medida em que significa investir hoje na realidade de amanhã. Por essa razão temos de continuar a acompanhar muito de perto a



construção da nova Estratégia Europeia de Juventude, em vigor a partir de 2019, que responda a esta visão de futuro para Portugal e para a Europa. Da mesma forma temos de aproveitar este período pós-avaliação intermédia para desenhar nesta linha o programa sucessor do Erasmus+, que vigorará a partir de 2021: o programa é um sucesso e o seu orçamento será multiplicado por um factor entre 3 e 10; naquele que é provavelmente um dos programas-estrela da União Europeia, onde o impacto e o sentimento europeu têm sido efetivamente atingidos, é necessário introduzir alterações que aumentem a sua abrangência sem deixar que os seus sucessos sejam repartidos por outros programas e agendas.

Acreditamos também no potencial de Portugal junto dos países irmãos da Lusofonia, nomeadamente através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A JSD deverá procurar estreitar laços com organizações, movimentos políticos destes países com as quais partilha valores e causas, de forma a iniciar um caminho de construção da verdadeira Lusofonia entre os países-membro da CPLP.

*Não temos receio do outro, do desconhecido, da abertura ao mundo. Somos assumidamente uma estrutura de jovens cosmopolitas, que se sentem bem em qualquer ponto do globo, e que têm gosto em receber no nosso país, cidadãos de todos os países do Mundo.*

## Cultura

A Cultura é um pilar fundamental da afirmação da sociedade, sendo o fio agregador das comunidades, que lhes confere sentido e liga o seu presente com o seu futuro e passado. Aqui, exige-se uma atuação do Estado, com a definição de uma política cultural capaz de amplos consensos partidários e com a sociedade. A Cultura não tem donos políticos, a Cultura não é de Esquerda. A JSD demonstrará ao longo dos próximos anos a importância, para nós, deste pilar da nossa sociedade.

Rejeitamos a visão tradicional de olhar a política cultural como se se tratasse da defesa patrimonial em contraposição ao apoio às novas criações. Ambas devem estar de mãos dadas. A preservação e atualização do património, material e imaterial, é um elemento fundamental da nossa História, para além de ser um fator diferenciador da atratividade do território. A JSD defenderá, de igual forma, a valorização do papel da cultura e setores afins como criadores de riqueza também económica.

A criação artística deve ser impulsionada, mas não apenas com recurso ao apoio estatal. Rejeitamos a constituição de políticas de gosto, e, portanto, defendemos que, quanto mais diversificadas forem as fontes de financiamento, mais se incentivará o surgimento de diferentes formas e expressões de criação artística, em liberdade. Para além disso, a JSD reconhecerá a necessidade



vital de romper a dependência do Estado enquanto financiador monopolista das artes e cultura.

---

Para a JSD, a política cultural deve também assentar no incentivo ao usufruto de bens culturais e formação de novos públicos, nomeadamente os jovens. Defendemos a criação de cheque-cultura, oferecidos aos jovens dos 15 aos 25 anos de idade, que sejam descontados no preço de acesso a museus e outras instituições culturais, bem como a eventos culturais.

---

A JSD defenderá uma revisão da legislação atual, do mecenato ao investimento filantrópico, de particulares e empresas, tornando mais atrativo para os privados o financiamento da criação artística, através da possível equiparação do mecenato cultural aos donativos para IPSS. Defendemos também a discriminação positiva do tratamento fiscal feito a campanhas de financiamento para criação artística feita através de novos meios de financiamento, como o crowdfunding ou outras políticas de financiamento na rede.

Precisamos de uma alteração no paradigma de ver o setor cultural e artístico apenas como sorvedor de financiamentos e subsídios públicos. Da parte da JSD, esse argumento não terá espaço ou repercussão. A JSD entende que o outro lado da mesma moeda deve ser valorizado, pelo que defendemos um papel mais ativo da integração das artes e cultura na sociedade, em particular no setor privado. Iniciativas como workart, de consultoria e formação de âmbito artístico a empresas, devem ser valorizadas e impulsionadas, e o Estado pode ter um papel fundamental nesta promoção.

O setor cultural afirma-se também crescentemente pela sua componente de criação de valor para a economia, nomeadamente através das chamadas indústrias criativas. A JSD defenderá o incentivo a estas indústrias, através da definição de uma estratégia nacional para o setor.

Esta estratégia deverá compreender as diferenças regionais existentes, potenciando a criação de clusters regionais de pequena e média dimensão, com forte ligação ao tecido económico tradicional e IES de cada região, envolvendo diferentes agentes, desde Governo central, autarquias locais, setor da educação, empresas e associações empresariais e sociedade civil, para potenciar a competitividade territorial também através da cultura e das indústrias criativas.



### Desenvolvimento sustentável: acompanhar a mudança do modelo social

Uma das principais conquistas sociais na Europa do séc. XX consistiu na redução da pobreza na velhice, como resultado do alargamento da cobertura dos sistemas de pensões e de uma população em franco crescimento. Recuando para o séc. XIX, é possível fazer uma analogia com uma pirâmide e identificar a sua base como sendo maioritariamente jovem e o seu topo constituído, em termos relativos, por um pequeno número de idosos.

No decorrer do séc. XXI, as dinâmicas sociais na Europa alteraram-se substancialmente e a pirâmide etária sofreu mesmo uma inversão em alguns países, motivada pelos baixos índices de natalidade e pelo aumento continuado da esperança média de vida.

Esta mudança de paradigma coloca em causa os tradicionais sistemas de repartição e do modelo de financiamento das prestações sociais, baseado nas contribuições sociais e impostos pagos por um número cada vez menor de trabalhadores ativos. A JSD defenderá sempre que qualquer alteração neste setor não possa ser efetuada sem que sejam respeitados os compromissos assumidos, nomeadamente, respeitantes à equidade geracional, aos direitos adquiridos nas fases de transição e ao princípio de justiça social intrinsecamente associado.

Num tempo de reconfiguração do mercado de trabalho, com a digitalização, automatização, robotização e o recurso à inteligência artificial, a discussão da Segurança Social e do sistema de pensões emerge como um dos temas de maior relevo para sociedade, num particular momento de mudança significativa.

Existem opções de reforma do sistema de pensões baseadas em parâmetros do sistema (práticas que têm vindo a ser utilizadas em Portugal), sem alteração da sua estrutura no que toca às fontes de financiamento, por exemplo, alteração da idade de reforma para reequilíbrio do défice. No entanto, com um olhar atento para os dados futuros da economia e da demografia, chega-se à conclusão de que a Segurança Social exige uma reforma sistémica, ou seja, alterações estruturais que possam dar resposta à complexidade do tema.

A JSD deve assumir-se, sem receios, como a juventude partidária que debate este tema e que o lança na agenda política, exigindo uma reforma séria do sistema de pensões da Segurança Social. Em países como a Nova Zelândia, a Suécia ou o Chile, é possível verificar reformas e alterações conduzidas e os formatos utilizados. Queremos uma reforma que garanta maior sustentabilidade, liberdade e proteção social; repensando o financiamento das prestações do sistema público em vigor.

**Este será uma área política que a JSD aprofundará ao longo dos próximos anos, de forma a apresentar um modelo sólido e estruturado à sociedade portuguesa.**

The page features a minimalist design with two thin, light pink curved lines that sweep across the top and bottom. A solid pink oval shape is positioned in the lower right quadrant, partially overlapping the bottom curve.

# **A JSD 2030**

## **- Estrutura interna**

“ The past  
cannot be changed.  
**The future  
is yet in your power.**

- Mary Pickford

A nossa ambição é Conquistar Portugal. O nosso objetivo é colocar a JSD como a organização política de juventude de excelência do nosso país – a maior e melhor juventude partidária de Portugal. Para cumprir a nossa ambição e para alcançar este objetivo, necessitamos de defender e efetuar uma das maiores reformas no funcionamento interno da JSD.

O Portugal por Fazer no presente e o Portugal por Conquistar no futuro exigem uma Juventude Social Democrata transparente, aberta e moderna:

Uma JSD transparente para que qualquer militante, independentemente do cargo que desempenha na estrutura, tenha a possibilidade de conhecer o trabalho que é desenvolvido pelos núcleos, concelhias, distritais e pela Comissão Política Nacional da JSD.

Uma JSD aberta para todos aqueles que se identificam com os nossos ideais, com os nossos valores, com o nosso passado, mas sobretudo com as nossas bandeiras políticas para o presente e futuro se possam juntar a nós, sem burocracias, sem obstáculos, de forma rápida e célere.

Uma JSD moderna, digital, adaptada ao séc. XXI, que seja líder na comunicação social, nas redes sociais, para que consigamos ser a melhor estrutura política a comunicar em Portugal.

Este compromisso com os militantes, atuais e futuros, da JSD exigirá da futura Comissão Política Nacional um forte empenho na modernização da estrutura, pondo fim a um conjunto de situações que limitam o nosso potencial de ação política junto da juventude portuguesa. O debate e a reforma interna da estrutura não são um fim em si mesmo, são um meio para alcançar um fim: **a defesa das novas gerações e a construção de uma sociedade mais forte, desenvolvida e coesa.**



A necessidade, reconhecida pela esmagadora maioria dos militantes e dirigentes da JSD, de reformar e modernizar o modo de funcionamento interno servirá sempre, na nossa visão, para possibilitar que todo o tempo que militantes e dirigentes têm para dar à JSD seja empregue a fazer política, e não a resolver questões de foro administrativo. Neste sentido, levaremos a cabo uma grande e mobilizadora agenda para a estrutura, na sua ação e funcionamento interno: a JSD 2030.

A JSD 2030 é a nossa resposta para os desafios internos que hoje limitam todo o potencial existente no seio da Juventude Social Democrata. A JSD 2030 é a possibilidade de garantir que a estrutura está enquadrada no mundo atual da participação cívica e política, com um modus operandi moderno, digital, inovador, transparente e perceptível por militantes e dirigentes.

**O nosso compromisso é claro e firme: todas as mudanças que forem única e exclusivamente da responsabilidade e competência da JSD foram já iniciadas e corporizadas numa proposta de revisão estatutária em debate no XXV Congresso Nacional da JSD.**

As demais alterações e reformas, que exijam o envolvimento do PSD, serão apresentadas ao nosso partido em todos os seus fóruns nacionais, nos quais a JSD tem representatividade própria. Seja na JSD, seja junto do PSD, a agenda JSD 2030 será uma prioridade da futura Comissão Política Nacional.

A JSD 2030 terá os seguintes eixos de ação:

Comunicação

Filiação e Militância

Formação

# COMUNICAÇÃO

Comunicação: para colocar a JSD como melhor estrutura política nacional a comunicar com a sociedade:

Garantir uma postura de elevado profissionalismo em toda a comunicação da Comissão Política Nacional da JSD;

Manter uma atividade regular e dinâmica nas redes sociais da JSD, criando e fazendo opinião, ocupando espaço nos media com as nossas prioridades e bandeiras;

Assegurar que a intervenção política da JSD ocorrerá numa base diária através de podcast, vídeos, infografias, live streams, imagem, opinião de militantes e convidados, comunicados, chats dinâmicos como o WhatsApp da JSD ou o Messenger da JSD, iniciativas de promoção e divulgação junto dos nossos principais públicos-alvo (instituições de ensino, meio associativo, ecossistemas de empreendedores e criativos);

Modernizar constantemente do website oficial da JSD, tornando-o uma referência de comunicação política;

Desenvolver uma comunicação política eficaz em todos os formatos e plataformas, com clareza, assertividade e capacidade de explicar o que defendemos e queremos para a juventude e para a Portugal;

Reforçar a comunicação, com a publicação regular da revista Quórum e com a dinamização de uma newsletter própria onde divulgará a atividade da CPN e onde as estruturas da JSD terão a possibilidade de partilhar a sua atividade e trabalho político;

Publicitar a atividade dos deputados da JSD, junto de toda a estrutura, para que qualquer militante conheça a atividade dos parlamentares da JSD na Casa da Democracia;

Reforçar a comunicação de forma direta com os militantes via SMS ou mailing;

Criar conteúdo político físico e digital para utilização por parte das Distritais, Concelhias, Núcleos Residenciais e NESD da JSD;

Disponibilizar a todas as estruturas da JSD que necessitem de auxílio na criação gráfica de materiais (por ex. flyers) essenciais para o sucesso político das estruturas;

Adoptar formas inovadoras de comunicar internamente, com os militantes, e externamente, com todos os stakeholders a que queremos chegar. Conosco, a inovação será a chave da melhor estrutura política a comunicar em Portugal.

## FILIAÇÃO E MILITÂNCIA

Filiação e Militância, para todos aqueles que se identificam com a JSD se possam a nós, ajudando a construir a maior e melhor juventude partidária de Portugal:

A JSD deve caminhar no sentido de atualizar o método de filiação, tornando-o moderno e transparente, com a inscrição na nossa estrutura a ser também digital, para menores e maiores de 18 anos;

A filiação na JSD não pode ser mais complexa do que abrir uma conta num banco ou do que efetuar uma inscrição numa reputada instituição de ensino superior internacional; sendo que no modelo digital defendido, o formulário a ser preenchido pelo futuro militante deverá ser simplificado e reduzido aos dados de identificação essenciais;

Defendemos o fim da figura do “Proponente” no formulário de adesão à JSD;

A modernização do processo de filiação é fundamental para colocar uma estrutura de jovens como a JSD no séc. XXI, exigindo-se a si própria e ao PSD, o fim de um processo que nada mais faz do que alienar jovens interessados em juntar-se a nós;

Defendemos a transição automática dos militantes menores da JSD para o PSD, acabando com um sistema que chega a exigir, por vezes, várias tentativas de inscrição de um militante e do qual resultam também situações de perda de tempo militância e impactam a capacidade eleitoral dos militantes da JSD. Para tal e numa fase de transição, propomos o aumento para 2 anos do período de transição;

A filiação deverá ser também um processo transparente para militantes menores e maiores, com a criação de um sistema de alertas (desde o primeiro momento) e capacidade de cada interessado em filiar-se efetuar tracking do seu processo de inscrição, tendo acesso de imediato a contactos úteis dentro da JSD para começar a participar politicamente;

A filiação digital de um militante deverá gerar o envio de um link para inscrição QR Code para filiar um amigo/conhecido seu, aumentando as chances de crescimento da JSD, através da rede de contactos de cada novo militante;

A JSD 2030 deve também ambicionar ter uma plataforma online para militantes;

Criação de um cartão de militante da JSD;

Disponibilização de uma mensagem de boas-vindas da Comissão Política Nacional da JSD aos novos militantes;



Desmaterialização dos processos para concorrer a atos eleitorais, com a documentação a poder ser preenchida e enviada em suporte digital, sendo que após a verificação do processo de candidatura pelos órgãos estatutariamente competentes, todas as listas candidatas possam consultar o processo eleitoral;

Proximidade e abertura, a Comissão Política Nacional da JSD deve ser o elo de ligação, envolvimento e dinamismo de toda a Juventude Social Democrata: a futura Comissão Política Nacional terá de ser a ponta-de-lança de um grande movimento de jovens, englobando as estruturas, agregando vontades e agentes da Sociedade Civil na sua missão, sendo que para tal a CPN deverá ter, desde o primeiro dia, uma postura de efetiva proximidade com todas as estruturas da JSD;

Ambicionamos e construiremos uma JSD agregadora de vontades e que reflita o sentir das forças vivas e dos setores mais dinâmicos da juventude portuguesa, uma estrutura aberta à sociedade, potenciando a sua participação cívica e política através da JSD. Iremos garantir uma abertura constante da estrutura a setores como o social, o cultural e empreendedor, demonstrando permanente disponibilidade para o diálogo, ir ao encontro destes setores e as suas preocupações, sempre com inovação na ação e pensamento crítico;

A JSD faz-se do trabalho de todos os seus militantes e dirigentes, mas a diversidade do trabalho político das estruturas a nível local, distrital ou estudantil, não deve ser recebido com passividade por parte da CPN. Connosco, toda a JSD estará ativa e mobilizada, sendo um compromisso de honra desta candidatura fazer tudo o que estiver ao alcance da Nacional para reativar concelhias onde elas hoje não existem, apoiar as estruturas onde é mais difícil ser da JSD e garantir que a JSD, pela primeira vez em muitos anos, terá reativado os órgãos distritais da JSD de Beja, garantindo cobertura total do território, de Norte a Sul e nas Regiões Autónomas.

O envolvimento que queremos com toda a JSD significa também o nosso compromisso para com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com o claro objetivo de fomentar uma maior ligação entre a estrutura nacional, as estruturas do Continente e a JSD/Açores e JSD/-Madeira. As bandeiras da JSD nas Regiões Autónomas terão sempre de ser bandeiras e prioridades da JSD Nacional. A CPN assume também o compromisso de realizar pelo menos 1 reunião da Comissão Política Nacional Permanente em cada uma das Regiões Autónomas. Estes princípios exigem uma liderança forte, perseverante e determinada, mas não são tarefa e missão exclusiva do Presidente da JSD. Connosco, serão um compromisso de todos os membros da Comissão Política Nacional da JSD, porque só assim, com o empenho de todos os que constituem o órgão executivo nacional se pode garantir que chegaremos a bom porto, alcançando os nossos objetivos;



A JSD constrói-se hoje no contacto permanente com a Sociedade Civil, conquistando jovem a jovem, utilizando as redes sociais e todo o seu potencial. A sede da Nacional da JSD será cada sede e cada sítio do país onde haja uma estrutura da JSD, mas teremos de ir além das sedes, onde já se encontram aqueles que acreditam no nosso projeto e no nosso modelo de sociedade. É nas escolas, nas IES, no mundo associativo e empresarial que queremos estar permanentemente presente. A JSD estará nas instituições do Ensino Básico, Secundário e Superior, numa base regular, queremos uma permanente disponibilidade para o diálogo com alunos, com os representantes do associativismo estudantil, e a iniciativa de ir ao encontro destes significará melhor conhecimento dos problemas dos estudantes, capacitando e atualizando a JSD para que, politicamente, consiga ir ao encontro das suas preocupações e problemas. A JSD estará presente em escolas, universidades e politécnicos de todo o território nacional, garantindo que o contacto regular com estudantes seja uma das prioridades do futuro mandato;

A Comissão Política Nacional terá a sua agenda, em parte definida, nesta Moção de Estratégia Global, mas garantindo que não há um único caminho possível, por isso, iremos incentivar a adoção de uma postura "bottom-up", com núcleos, concelhias e distritais, valorizando a partilha de informação, o diálogo, o trabalho em rede e as parcerias. A JSD que pretendemos construir ganhará muito com esta lógica de funcionamento;

A coordenação dos jovens autarcas social-democratas não se circunscreve aos ciclos eleitorais autárquicos. Exige, antes de mais, a capacitação da vasta rede de jovens autarcas que foram eleitos nas últimas eleições autárquicas. A formação, a partilha de boas práticas e o trabalho em rede serão a prioridade para esta Comissão Política Nacional;

Num mandato marcado pelas eleições europeias, é de reforçada importância a ligação da JSD ao YEPP, donde se destaca a Summer School que a JSD irá receber no mês de junho;

A JSD inaugura uma nova forma de envolver os jovens, de se aproximar da sociedade civil com a realização de um Festival Anual dedicado à participação política e cívica, demonstrando a toda a juventude portuguesa que fazer política não tem de ser uma atividade pouco interessante, cansativa e apenas limitada ao formato tradicional a que os partidos políticos nos habituaram nas últimas décadas;

Uma estrutura que defende o mérito como um dos pilares da sociedade, tem igualmente de distinguir e promover o mérito de militantes e dirigentes da JSD, pelo que a Comissão Política Nacional organizará prémios que valorizem militantes/estruturas que mais se tenham destacado em diferentes áreas de atividade que visem o reforço do capital político da JSD;

Tendo por vista o fim último de aumentar o envolvimento de todos na missão comum da JSD,



iremos voltar a realizar o Encontro Nacional de Concelhias, como forma de fomentar laços entre todos os militantes e dirigentes da Juventude Social Democrata, dando espaço às concelhias e distritais abordarem os seus tópicos e exporem o trabalho político que desenvolvem a toda a estrutura;

A promoção do debate interno sobre os temas do futuro, Portugal por Conquistar e do presente, Portugal por Fazer, será regular e a Comissão Política Nacional procurará envolver toda a estrutura nestes debates, que se revelam tão urgentes para a nossa sociedade.

## FORMAÇÃO

Formação, a nossa alma, a nossa história e missão na qual somos imbatíveis no panorama nacional, será atualizada, fortalecida e a base para a geração de futuros quadros da JSD:

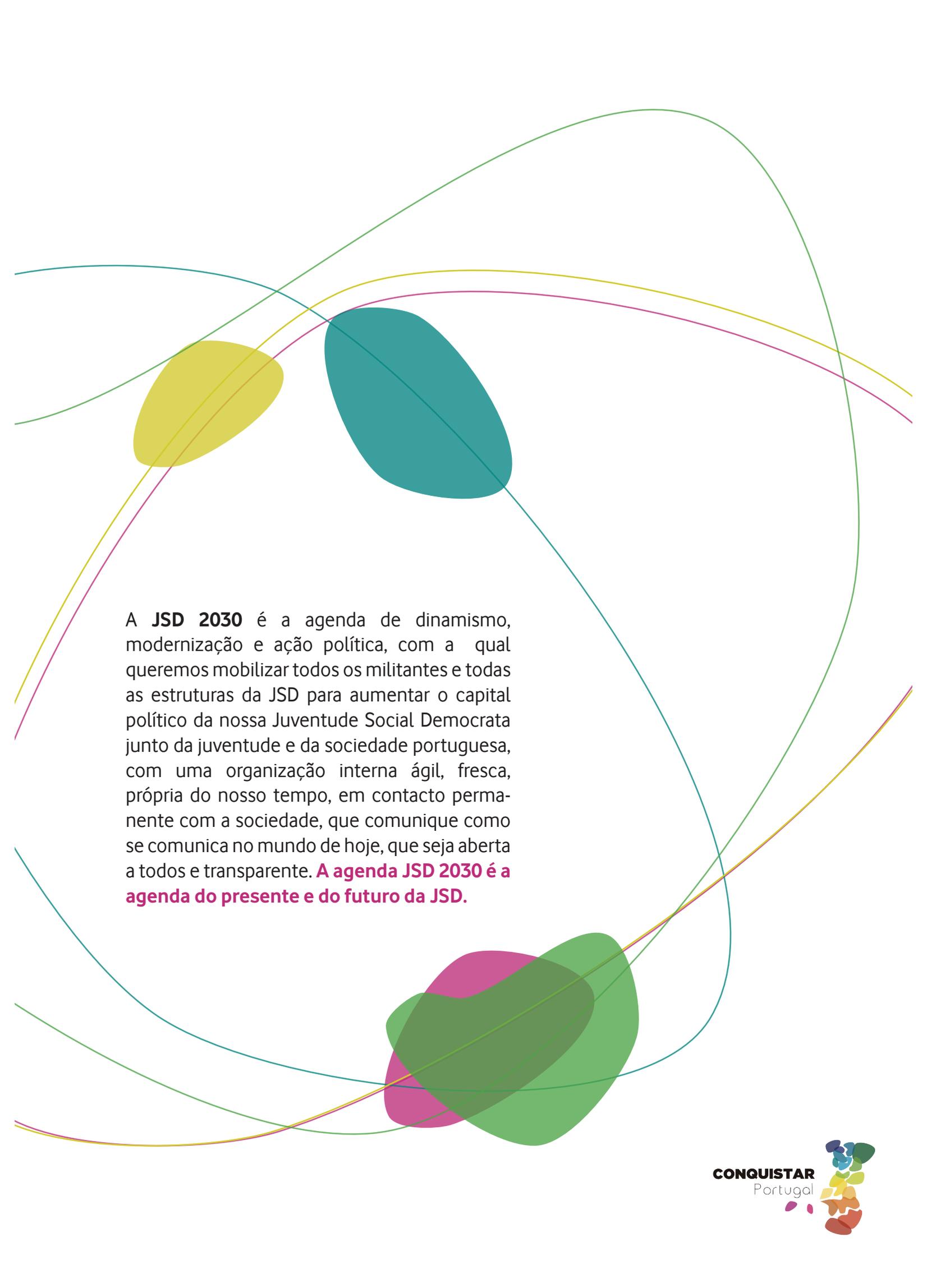
A formação será uma das prioridades políticas da JSD, sendo indiscutivelmente uma das missões fundamentais da nossa atividade, a preparação constante de quadros para o presente e futuro da sociedade portuguesa;

Através de uma nova abordagem à formação, JSD irá lançar-se à conquista da juventude portuguesa, revitalizando o programa Sub-18 através de novos conteúdos, procurando passar aos estudantes informação relativa às formas de cidadania e de participação, como se podem envolver na sociedade, como podem marcar a diferença no mundo de hoje. A formação sub-18 é um meio privilegiado de contactar com o maior número de estudantes nas escolas secundárias, sendo uma ferramenta do maior valor cívico e político para apresentação da JSD aos jovens;

A JSD deverá também procurar dar o seu contributo para a atualização permanente da Universidade de Verão e da Universidade Europa. Estas iniciativas representam muito para a JSD, e sendo o objetivo a formação política de jovens, caberá à nossa estrutura, ser exigente para com os modelos em vigor, de forma a que, ano após ano, possam continuar a ser o centro de excelência da formação política em Portugal;

A formação política que vamos construir na JSD será também alvo de uma agenda inovadora de modernização, como é transversal à nova postura que queremos ter enquanto estrutura política do séc. XXI, com o desenvolvimento de conteúdos formativos e pedagógicos digitais, que possam ser partilhados em toda a estrutura;

A formação da JSD será igualmente uma forma de relacionar e envolver todas as estruturas entre si e aproximar a CPN dos militantes, colocar em colaboração as estruturas concelhias/distritais com a Comissão Política Nacional para o desenvolvimento de iniciativas.

The background features several overlapping, rounded, leaf-like shapes in shades of yellow, teal, and green. These shapes are interconnected by thin, curved lines in various colors, including green, yellow, and pink, creating a dynamic and organic composition.

A **JSD 2030** é a agenda de dinamismo, modernização e ação política, com a qual queremos mobilizar todos os militantes e todas as estruturas da JSD para aumentar o capital político da nossa Juventude Social Democrata junto da juventude e da sociedade portuguesa, com uma organização interna ágil, fresca, própria do nosso tempo, em contacto permanente com a sociedade, que comunique como se comunica no mundo de hoje, que seja aberta a todos e transparente. **A agenda JSD 2030 é a agenda do presente e do futuro da JSD.**